



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 009/010

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Elio Rusch*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Partido Democratas *Plauto Miró*
PT *Pedro Ivo*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
Bloco PPS/PMN *Douglas Fabrício*
Bloco PSB/PRB/PV *Reni Pereira*
Bloco PTB/PR *Jocelito Canto*

Representação Partidária

PMDB - 16: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 009

10ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 04

Expediente:

Indicações 04

Requerimentos 05

Projetos de Lei 10

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 16

Dep. Rosane Ferreira 17

Dep. Elio Rusch 18

Dep. Luiz Eduardo Cheida..... 20

Dep. Elton Welter..... 21

Dep. Wilson Quinteiro 22

Grande Expediente:

Dep. Marcelo Rangel 22

Dep. Jocelito Canto..... 24

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 16

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 19

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins..... 26

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 27

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 29

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 30

Liderança da Oposição

Dep. Douglas Fabrício 32

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 34

Discussão/Votação

Redação Final..... 35

2ª Discussão35

1ª Discussão35

Requerimentos36

Encerramento da Sessão37

DIÁRIO Nº 010

11ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....38

Presenças.....38

Abertura da Sessão38

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

Redação Final39

3ª Discussão39

2ª Discussão39

1ª Discussão39

Encerramento da Sessão40

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias DAT41

Publicações Administrativas:

Diretoria Geral

Despacho41

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 009

10ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	03
Presenças.....	03
Abertura da Sessão	04
Expediente:	
Indicações	04
Requerimentos	05
Projetos de Lei.....	10
Pequeno Expediente:	
Dep. Antonio Belinati.....	16
Dep. Rosane Ferreira.....	17
Dep. Elio Rusch.....	18
Dep. Luiz Eduardo Cheida	20
Dep. Elton Welter	21
Dep. Wilson Quinteiro.....	22
Grande Expediente:	
Dep. Marcelo Rangel.....	22
Dep. Jocelito Canto	24
Horário das Lideranças:	

Liderança do PP	
Dep. Antonio Belinati	16
Liderança do DEM	
Dep. Elio Rusch	19
Liderança do PDT	
Dep. Luiz Carlos Martins	26
Liderança do PT	
Dep. Péricles de Mello	27
Liderança do Bloco PSB/PRB/PV	
Dep. Pastor Edson Praczyk	29
Liderança do Governo	
Dep. Luiz Claudio Romanelli ...	30
Liderança da Oposição	
Dep. Douglas Fabrício.....	32
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	34
Discussão/Votação	
Redação Final.....	35
2ª Discussão	35
1ª Discussão	35
Requerimentos.....	36
Encerramento da Sessão	37

DIÁRIO Nº 009

10ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2010

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelos Srs. Deputados Ademar Traiano e Neivo Beraldin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scnavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Nelson Justus, Felipe Lucas, Caíto Quintana, Duílio Genari e Mauro Moraes (05).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Fábio Camargo, Reni Pereira e Tadeu Veneri (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO N° 022/10

SÚMULA:

Propõe a destinação de equipamentos, veículos e nova sede para abrigar a Agência do Trabalhador em Fazenda Rio Grande.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Paraná Nelson Garcia:

O Deputado Francisco Bühler, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após aprovação do Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Paraná, reivindicando o que segue:

1. Solicita estudos de viabilidade para a alocação de novo espaço físico para abrigar a Agência do Trabalhador, no Município de Fazenda Rio Grande, visto que o local atual não mais comporta a demanda de usuários.

2. Solicita a destinação de equipamentos de informática (computadores e impressoras) para substituição e reposição aos existentes.

3. Aquisição de mobiliário necessário ao bom atendimento ao público e adequado ao bom desempenho dos servidores lotados nesta unidade.

4. Substituição das cadeiras destinadas ao público que aguardam atendimento na Agência do Trabalhador.

A presente solicitação endossa pedido formulado a este Gabinete pela Administração Municipal de Fazenda Rio Grande e também pela Direção da Agência do Trabalhador deste Município.

Destacamos que são justas as reivindicações apresentadas tanto quando se vislumbra oferecer à comunidade serviços públicos de qualidade e de eficiência, bem como no sentido da correta adequação de condições dig-

nas de trabalho, que é fator motivador ao exercício da atividade profissional, em qualquer esfera.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) FRANCISCO BÜHRER

INDICAÇÃO N° 023/10

SÚMULA:

Propõe a implantação de rede de abastecimento de água em localidade rural de Várzea, no Município de Tijucas do Sul.

Ao Exmo. Sr. Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, Stênio Jacob:

O Deputado Francisco Bühler, no uso de suas atribuições regimentais, requer, seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná, reivindicando o que segue:

Solicita estudos de viabilidade de implantação do sistema rural de abastecimento de água para a localidade rural de Várzea, no Município de Tijucas do Sul.

A presente solicitação busca atender pedido da comunidade da região, onde residem aproximadamente 200 famílias, que solicitaram apoio deste Parlamentar.

Faz-se justo o exposto, considerando que a água é um bem essencial à vida, e, por conseguinte, de primeira necessidade. Trata-se, sobretudo, de uma questão de saúde pública, na qual se prende a razão da presente indicação.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) FRANCISCO BÜHRER

INDICAÇÃO N° 024/10

SÚMULA:

Propõe a implantação de rede de abastecimento de água em localidade rural de Guapiara, no Município de Mandirituba.

Ao Exmo. Sr. Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, Stênio Jacob:

O Deputado Francisco Bühler, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após aprovação do Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná, reivindicando o que segue:

Solicita estudos de viabilidade de implantação do sistema rural de abastecimento de água para a localidade rural de Guapiara, no Município de Mandirituba.

A presente solicitação endossa pedido formulado a este Gabinete pela presidência da Câmara de Vereadores de Mandirituba, por seu Presidente Vereador José Zonete Pinheiro.

Faz-se justo o exposto, considerando que a água é um bem essencial à vida, e, por conseguinte, de primeira necessidade. Trata-se, sobretudo, de uma questão de saúde pública, na qual se prende a razão da presente indicação.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) FRANCISCO BÜHRER

INDICAÇÃO N° 025/10

SÚMULA:

Sugere à Secretaria de Estado da Educação a construção de mais uma escola estadual no bairro Tatuquara, em Curitiba.

Sr. Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, requer à Mesa seja oficiado à Secretaria de Estado da Educação, sugerindo a construção de mais uma escola estadual no bairro Tatuquara, em Curitiba.

Cabe salientar que existem duas escolas estaduais no bairro, que conta com aproximadamente 54 mil habitantes.

A oferta de vagas nos colégios estaduais do bairro é insuficiente para a população, situação que vem causando sérios problemas.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) CIDA BORGHETTI

Requerimentos

REQUERIMENTO N° 276

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão ordinária do dia 25 de fevereiro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO N° 327

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência na Sessão do dia 23 de fevereiro, devido a representação Parlamentar na solenidade de 40 anos do maior restaurante do mundo e ponto turístico mais visitado da Cidade o Madalosso, que gera centenas de empregos para garçons e cozinheiras.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO N° 328

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, justificar ausência nas Sessões Ordinárias dos dias 24 e 25 de fevereiro do corrente ano, devido a visita administrativa nos Municípios de Arapotí, Piraí do Sul, Castro e Jaguariaíva.

Sendo o que se apresenta para o momento agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO N° 277

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Luiz Carlos Hilgenberg, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 278

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Jose Iensen Cordeiro, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 279

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Paulo Vieira Lisboa, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 280

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Oscar Ferreira de Albuquerque, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 281

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Oscar Fechner, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 282

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Manoel de Andrade Rocha, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 283

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Manoel Leonardo Sobrinho, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 284

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Bojko, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 285

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Geraldo de Souza, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 286

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Manoeлина Maria de Jesus Pires, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 287

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Marcio Jesus Ferreira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 288

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria da Luz Costa, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 289

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Mari Marques Lopes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 290

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Aparecida Alves de Lima, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 291

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Berta Krichynski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 292

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Matias Sicoa, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 293

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Miguel Alves, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 294

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Moacir Antonio de Arruda, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 295

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Moizes Caetano de Almeida, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 296

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Virgilio Carlos Sobrinho, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 297

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Tereziinha Sueli Pereira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 298

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Tereziinha Eni de Souza e Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 299

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Tereza Ribeiro Carneiro, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 300

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Sebastiana Vieira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 301

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Raul Rodrigues Barros, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 302

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Pedro Marques Portela, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 303

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Odilair Gonçalves da Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 304

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Noemi Scheffer, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 306

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Olinta Bitencurt, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 307

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Nair Gonçalves, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 308

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Sandra Mara de Fatima Rodrigues, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 324

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento da Sra. Etsuko Emilia Suzuki Ishii, socióloga aposentada, com 54 anos de idade, na Cidade de Curitiba.

Etsuko Emilia Suzuki Ishii era filha do Sr. Susumu Suzuki e da Sra. Setsuko Suzuki. Deixa viúvo o Sr. Flávio Ishii e 01 (uma) filha: Daniela Kaori Ishii.

À família enlutada os meus mais sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 323

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao 1º Sargento e instrutor de atletismo do 4º Batalhão de Polícia Militar do Paraná, o maringense Rui Ferreira dos Santos, pela conquista do troféu de campeão da Meia Maratona da Disney, no início deste mês e da iniciativa em fundar o Projeto de Atletismo Tiradentes.

Durante a Meia Maratona, além de obter o primeiro lugar em sua categoria, o Sargento destacou-se pela décima posição na classificação geral da prova que contou com a participação de cerca de 21 mil atletas de todo o mundo.

Em 2001 o Sargento Rui criou o projeto de Atletismo Tiradentes. O projeto é um trabalho voluntário realizado com crianças de cinco a quinze anos de idade, atletas veteranos e também adultos. A iniciativa tem a finalidade de contribuir para a inserção de crianças e jovens carentes na sociedade.

Desde o início, o projeto revelou atletas que conquistaram diversos títulos em provas de atletismo de todo o país. Inclusive na Meia Maratona da Disney, na qual tiveram colocações as atletas: Tainara Valenzuela, 2º lugar na categoria de 18 anos e Emilia Arruda de Oliveira de 52 anos, que ficou entre as trinta primeiras colocadas.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 322

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Diretoria da Associação Brasileira de Bares e Casas Noturnas - ABRABAR.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Diretoria da Associação Brasileira de Bares e Casas Noturnas - ABRABAR, que toma posse para o mandato 2010/2014 com o compromisso de representar a entidade, atuando na coordenação, na defesa, proteção e representação das reivindicações e direitos dos filiados. Atuando intensamente na luta pelos direitos e por melhores condições de trabalho, fortalecendo e valorizando a associação, com determinação e perseverança para superar as dificuldades, ampliando o reconhecimento dos setores que representa.

São homenageados:

Fábio Aguayo, Presidente; Rafael Ghignone, 1º Vice-Presidente; Marcio Minoru, 2º Vice-Presidente; Gilmar Silva, 3º Vice-Presidente; Gustavo Ferreira, 4º Vice-Presidente; Leandro Teixeira, Secretário Geral; José Carlos Chicarelli, Administrativo; Felipe Nasser, Diretor de Assuntos de Fiscalização; Eduardo Campanholi, Diretor de Assuntos de Ética e Disciplina.

Diretores Adjuntos: Márcia Rejane Fontana, João Guilherme Leprevost, Alessandro Reis, Rogério Melani, Gustavo Hass, Marcio de Souza Brasil, Roberto Carlos Martins, Ilsa Agottani, Pedro Guimarães, Mauricio Camargo, Urandi Moreira da Fonseca e Bruno Villela.

Conselho Fiscal: Amaury Miranda, Reginaldo Acioly Filho e Silvio Benosky.

Suplentes: Rafael Strujak, Ronald Abraão e Luciano Dall'igna.

REQUERIMENTO Nº 326

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações aos médicos nefrologistas: Dra. Ana Cláudia Daminski, Dr. Carlos Augusto Azevedo Bornancin, Dr. Carlos Gustavo Marmanillo, Dr. Daltro Zunino; Dr. Diego Ernesto Valderrama Mantilla, Dra. Fabiana Loss de Carvalho, Dr. Gilson Biagini, Dr. Heitor de França Borges, Dr. Hélio Vida Cassi, Dr. João Luiz dos Santos Carneiro, Dr. José Rubens M. M. de Carvalho, Dr. Luiz Manoel da Costa Santos, Dr. Marcelo Mazza do Nascimento, Dr. Márcio Norio Misocami, Dra. Margarete Mara da Silva, Dra. Maria Aparecida Pachaly, Dr. Mário Luíz Luvizotto, Dr. Maurício de Carvalho, Dr. Miguel Carlos Riella, Dra. Patrícia Sigolo Teixeira, Dr. Plauto Piazza Branco, Dr. Ricardo Benvenuto, Dr. Roberto Flávio Silva Pecoits Filho, Dr. Rogério Andrade Mulinari, Dr. Ronaldo Moreno de Carvalho, Dr. Sérgio Godoy

Marks, Dr. Sérgio Gardano Elias Bucharles, Dra. Sílvia Regina Hokazono, Dra. Zuleika Ferreira Melo, Dr. Thyago Proença Moraes, Dr. Augusto Lafitte, Dr. José Gastão Rocha de Carvalho, Dr. João Lowen e Dr. Salim Emed.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem aos médicos nefrologistas por ocasião da data alusiva ao Dia Mundial do Rim, prestando reconhecimento público aos relevantes serviços prestados em prol da população.

Destacamos a atuação destes profissionais da saúde, que com muita dedicação e carinho lutam diariamente em clínicas e hospitais para salvar vidas e proporcionar melhores condições aos seus pacientes, atuando na preservação, nos diagnósticos e no tratamento das doenças renais.

REQUERIMENTO Nº 331-A

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de congratulações aos bares e casas noturnas, abaixo citadas:

Taco El Pancho, Rancho Brasil, Bar Brahma, Vox Bar, El Rancho Guaratuba, Bar Santa Marta, Es Vedra Bar, Taj Bar, Rodeo Country Bar, El Rancho Bar, Adega Zahil, Bar Ligeirinho, Restaurante Campânia, Empório São Francisco, Arrumadinho Café Bar, Guffo Bar, Bar Conselheiro do Samba, Sol Karaokê Bar, Pravda Bar, Empório Anarco, Sidde Café Bar, Sheridan's Irish Pub e Wood's Bar.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem aos bares e casas noturnas, que transmitem à sociedade, os prazeres da boa diversão, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade e reforçando o turismo gastronômico e de entretenimento.

Com um atendimento de esmerada qualidade, revelam as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os mais críticos, conquistando-os com o padrão e os bons serviços prestados em ambiente decorado tipicamente, uma referência no bem servir.

REQUERIMENTO Nº 329

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Chefe da Casa Civil, Dr. Rafael Iatauro e ao Sr. Rafael Greca de Macedo, Diretor-Presidente da COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná, informar, relativamente às obras de construção de casas populares em imóveis doados pela municipalidade, o que segue:

- Por que a entrega das casas populares nos Municípios de Cafelândia, Assis Chateaubriand, Braganey,

Ibema, Guaíra, Maripá, Palotina, Vera Cruz do Oeste, entre outros, está atrasada com obras paralisadas ou caminhando em passo de tartaruga?

- É fato que os operários da construção de casas populares da COHAB vem sendo contratados informalmente? Que recebem seus pagamentos sempre com atraso e que no último mês não receberam nem mesmo com atraso o pagamento pelos serviços prestados, motivando a paralisação das obras, como no caso de Cafelândia?

- É fato também, que se não fosse a paralisação em virtude de falta de pagamento, ainda assim as obras estariam paradas em razão da falta de material, prejudicando inclusive o trabalho já realizado, como por exemplo o madeiramento dos telhados por falta de telhas em Assis Chateaubriand?

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(aa) MARCELO RANGEL, LUIZ CARLOS MARTINS, DOUGLAS FABRÍCIO, ELIO RUSCH e VALDIR ROSSONI.

REQUERIMENTO Nº 330

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM à Sra. Secretária de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, Dra. Maria Marta Weber Luardin e ao Sr. Munir Karam, Diretor-Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA, após ouvido o douto Plenário, informar o que segue, em face dos termos da correspondência encaminhada aos servidores públicos pelo gestor do SAS - Assistência Médica aos Funcionários Públicos:

- Em que termos foi firmado, pelo Poder Público Estadual e o Hospital São Vicente - HOSVI, o contrato para prestação de assistência médica aos servidores públicos? Juntar cópia do contrato e do procedimento licitatório.

- Após a formalização do contrato, novas e desconhecidas obrigações foram impostas à contratada (HOSVI)?

- A entidade contratada não foi informada e teria firmado contrato sem conhecimento do perfil dos servidores públicos aos quais deveria prestar assistência médica?

- É do conhecimento da SEAP e PARANAPREVIDÊNCIA a correspondência referida? E quanto a pretensão intenção da contratada (HOSVI) de propor aos servidores estaduais um plano paralelo de assistência à saúde?

- Além de Curitiba, em quais outros Municípios entidades de assistência à saúde firmam contrato com o Poder Público Estadual para prestação de serviços nesta área aos servidores públicos? Situação semelhante a referida acima está ocorrendo ou ocorreu em algum deles? Encaminhar cópia dos respectivos contratos e processos licitatórios.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(aa) MARCELO RANGEL, LUIZ CARLOS MARTINS, DOUGLAS FABRÍCIO, ELIO RUSCH e VALDIR ROSSONI.

REQUERIMENTO Nº 332

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações a Secretaria de Estado da Educação, solicitando as seguintes informações em relação aos aparelhos congeladores (freezers) armazenados no Parque de Ciências Newton Freire Maia:

- a) Quantos aparelhos congeladores encontram-se armazenados no referido local?
- b) Os referidos aparelhos congeladores são novos ou usados?
- c) Se forem novos, qual a data da compra? E qual a data da garantia dos referidos?
- d) Quem solicitou a compra dos referidos aparelhos?
- e) Qual a finalidade da referida compra dos aparelhos?
- f) Qual o custo total da aquisição dos referidos aparelhos?
- g) Qual será a destinação final dos referidos aparelhos?

Sala das Sessões, em 24/02/10.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 052/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a ONG Amigos Nova Jerusalém Organização Social - ANJOS, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/02/10.
(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A ONG Amigos Nova Jerusalém Organização Social - ANJOS, entidade sem fins lucrativos, com sede e foro nesta Capital, sem fins econômicos, beneficente de assistência social, que presta serviços, em caráter gratuito e continuados, sem qualquer discriminação, destinados às pessoas sob vulnerabilidade e risco social.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 053/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Frente de Trabalho Estudantil, integrada por estabelecimentos do ensino público

estadual, que mantêm ensino médio, destinada à contratação, em regime de estágio remunerado, de alunos que estiverem cursando o ensino médio regularmente.

§ 1º A Frente de Trabalho Estudantil será regulamentada pela Secretaria de Estado da Educação e será implementada pelas unidades escolares.

§ 2º A remuneração do aluno, na Frente de Trabalho estudantil, não poderá ser inferior ao valor do salário-mínimo vigente à época de sua contratação.

Art. 2º O prazo de contratação será de 12 (doze) meses e a quantidade de vagas, em cada estabelecimento do ensino, corresponderá a até 1% (um por cento) do total de alunos matriculados na unidade escolar, sendo que o número de contratações, não poderá ser superior a 12 (doze) e nem inferior a 4 (quatro) por escola, no período.

Art. 3º A inscrição deverá ser realizada mediante a apresentação de uma proposta de ação para uma função específica.

Art. 4º Os candidatos poderão apresentar propostas de ação nas seguintes funções:

- I - auxiliar de biblioteca;
- II - auxiliar de almoxarifado;
- III - auxiliar de secretária;
- IV - monitor de recreação e lazer;
- V - monitor de informática;
- VI - monitor por área de conhecimento.

Parágrafo Único. Fica proibida a atuação de qualquer estagiário sem o devido servidor titular da área.

Art. 5º Só poderão ser contratados alunos entre 16 (dezesesseis) e 19 (dezenove) anos, regularmente matriculados e que frequentem assiduamente o ensino médio na unidade escolar e que apresentem rendimento escolar satisfatório.

Parágrafo Único. A contratação será apreciada pelo conselho da escola, ao final de cada bimestre.

Art. 6º A carga horária a ser cumprida pelo aluno deverá ser de 04 (quatro) horas diárias, distribuídas durante o período livre do aluno.

Art. 7º Caberá aos Conselheiros de Escola das unidades escolares:

- I - decidir acerca das contratações;
- II - analisar as propostas de ações dos candidatos;
- III - entrevistar os candidatos selecionados;
- IV - selecionar os candidatos;
- V - estabelecer e distribuir as funções;
- VI - elaborar o regulamento interno específico e zelar pelo seu cumprimento.

Parágrafo Único. Os casos omissos serão encaminhados ao conselho de escola, para apreciação e posterior deferimento.

Art. 8º A seleção de candidatos às funções obedecerá preferencialmente aos seguintes critérios:

- I - carência, através de avaliação socioeconômica;
- II - desempenho escolar;
- III - assiduidade;
- IV - avaliação diagnóstica de habilidades.

Art. 9º Ao final do estágio, os alunos receberão um atestado sobre as atividades desempenhadas na escola, que servirá, para todos os efeitos, com referência de trabalho.

Art. 10. A direção das escolas, juntamente com a Associação de Pais e Mestres, poderá instituir um banco de dados disponibilizando currículos e avaliações dos alunos que participarem da Frente de Trabalho Infantil, com vistas à sua inclusão no mercado de trabalho, junto às empresas privadas.

Art. 11. As empresas privadas poderão participar do projeto, destinando recursos para as unidades escolares efetivarem as contratações.

Parágrafo Único. O Governo Estadual poderá firmar convênio com organismos nacionais e internacionais, visando à manutenção financeira da Frente de Trabalho Estudantil.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias constante no orçamento.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa aproveitar a criatividade e disponibilidade dos estudantes das escolas públicas estaduais. Pretende ainda criar oportunidade de estágio remunerado para os mesmos, que deverão ter bom aproveitamento escolar, ser assíduos, ter habilidades que serão desenvolvidas. Temos que reconhecer que a escola está mais perto das comunidades carentes e que sem dúvida poderá desempenhar a contento esse trabalho de inserir esses estudantes no mercado de trabalho.

A apresentação dos projetos de trabalho para as devidas áreas sem dúvida possibilitará que esses serviços cheguem mais perto das expectativas de prestação dos mesmo, que têm como seus usuários os próprios alunos. Por ser um projeto que ajuda a inserção de jovens no mercado de trabalho, tenho a certeza da aprovação dos membros desta Casa.

Sendo assim contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 054/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A Administração Pública do Estado do Paraná fica obrigada a instalar e manter creches nas escolas e colégios estaduais para os filhos dos alunos que estudem nos cursos noturnos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a evasão escolar ocorre em grande número na faixa etária de pré-adolescentes, muitas das vezes, em razão da gravidez precoce que atinge principalmente as classes sociais menos favorecidas. Assim, a presente iniciativa tem por objetivo incentivar e viabilizar a manutenção destes jovens nas escolas.

A medida de instalar creches nas escolas estaduais tornará possível o estudo, no período noturno, para os alunos que se encontram na situação descrita.

É dever do Estado garantir a tranquilidade das pessoas que desejam estudar e não encontram possibilidade em razão da existência de filhos em idade que necessitam atenção redobrada por parte dos pais. Tal garantia pode ser resolvida com uma ação simples, qual seja a instalação de creches nas escolas estaduais para os filhos dos estudantes.

PROJETO DE LEI Nº 055/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Moradores do Distrito de Pirapó - Maria Aparecida Antonio Severino.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

A presente Associação de Moradores do Distrito de Pirapó - Maria Aparecida Antonio Severino, tem como finalidade precípua o de proporcionar um amplo desenvolvimento comunitário através de realizações de obras e melhoramentos da respectiva municipalidade promovendo assim, um melhor convívio entre seus habitantes. Também, têm como sua razão social promover aos associados e seus dependentes, atividades econômicas culturais e desportivas e assistenciais, bem como representá-los perante, ao Poder Judiciário quando houver um

conflito de competência do Código de Defesa ao Consumidor.

Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI N° 056/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Como norma de defesa ao consumidor, ficam os supermercados instalados no Estado do Paraná, obrigados a colocar à disposição dos consumidores, pessoal suficiente no setor de caixas, para que o atendimento seja feito em prazo máximo de 20 (vinte) minutos por cliente.

Parágrafo Único. O prazo máximo de 30 (trinta) minutos nos primeiros 5 (cinco) dias úteis de cada mês, não podendo ultrapassar esse prazo, em hipótese alguma.

Art. 2° Os supermercados têm prazo de 120 (cento e vinte) dias para dar cumprimento ao disposto nesta lei, ou seja, para instalar relógio de ponto em suas dependências, para uso de seus clientes, registrando a hora de entrada do consumidor e seu tempo de permanência nas filas dos caixas.

Art. 3° O descumprimento das disposições contidas nesta lei acarretará ao infrator a imposição de multa no valor de R\$ 1.000 (num mil reais), dobra em caso de reincidência.

Parágrafo Único. O valor da multa de que trata este artigo será atualizado, anualmente, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção desse índice, será adotado outro índice criado por legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 4° As denúncias dos consumidores, devidamente comprovadas, serão avaliadas pelo PROCON/PR, cabendo ao órgão também o dever de aplicação da multa, após respeitado o procedimento legal e a ampla defesa.

Art. 5° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

As filas de espera em caixas de supermercados tornaram-se um verdadeiro martírio para os consumidores paranaenses nos últimos tempos, de forma injustificável os supermercados reduziram o número de funcionários operadores de caixa, embora a estrutura física esteja disponível.

As reclamações dos clientes de supermercados aumentaram nos últimos meses, e nada foi melhorado, por isso a necessidade de regulamentar o assunto através de lei estadual de proteção aos direitos dos consumidores, assegurando a qualidade e o respeito ao tempo dos clientes que não podem ficar por horas aguardando o atendimento em longas filas em caixas.

Com efeito, o presente projeto que se quer editar visa a disciplinar uma relação de consumo, daí a subsunção dessa hipótese aos termos do dispositivo constitucional, o qual abre ao Estado membro a via da legislação concorrente para dispor sobre a matéria.

Assim, em vista do exposto, contamos, uma vez mais, com o indispensável apoio de nossos nobres Pares para a aprovação de tão importante propositura.

PROJETO DE LEI N° 057/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica o Poder Executivo autorizado a conceder redução de 50% (cinquenta por cento) do valor do pedágio, nas rodovias pedagiadas do Estado do Paraná, para empresas que realizam o serviço de transporte de estudantes matriculados no Estado do Paraná e que façam uso deste trajeto regularmente.

Parágrafo Único. Poderão ser beneficiados do disposto do *caput* do artigo anterior, também, os estudantes que façam o trajeto pedagiado até o estabelecimento escolar, com veículo próprio, mediante comprovante de residência e da matrícula.

Art. 2° Ficará a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, a supervisão, regulamentação e execução da presente lei, que deverá comprovar matrículas escolares, horário do transporte e local de residência dos transportados.

Art. 3° Para a concessão do benefício, os veículos deverão estar em situação regular junto ao DETRAN.

Art. 4° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

Sendo de competência do Poder Público Estadual zelar pela frequência à escola o mínimo que deve-se esperar é que esse seja o facilitador para alcance desta meta.

As empresas prestadoras do transporte escolar colaboram, indiretamente, para que a Educação seja realmente um direito universal alcançável à qualquer aluno, independente da distância a ser percorrida entre a escola e sua moradia. Pois ao contrário, de nada adianta existên-

cia de vaga escolar, se não há meios para que o aluno chegue aos estabelecimentos escolares.

Assim, o que se pretende, através da presente medida, com a redução de 50% do valor do pedágio é que as empresas, que realizam esse transporte, possam reduzir a cobrança feita aos alunos transportados.

Também estamos procurando beneficiar os alunos que usam veículos próprios para realizarem esse trajeto, em busca de uma vida profissional melhor.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI N° 058/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° O portador de necessidades especiais é isento do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos realizados pelos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná.

Art. 2° Os órgãos da Administração Direta e Indireta estaduais devem inserir em seus editais o benefício da isenção e as regras para sua obtenção.

Art. 3° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Atualmente temos diversas políticas afirmativas de inclusão social, mas de nada adianta haver cotas, mecanismos e políticas públicas de inclusão social se não viabilizarmos financeiramente o acesso a essas cotas, mecanismos e políticas. Isentar os portadores de necessidades especiais é garantir o real acesso para a inclusão social desses cidadãos. Inclusão social é um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pela diferença de classe social, origem geográfica, educação, idade, existência de deficiência ou preconceitos raciais. Inclusão social é oferecer aos mais necessitados oportunidades de acesso a bens e serviços, dentro de um sistema que beneficie a todos e não apenas aos mais aptos.

Desta forma, nossa sociedade abrirá espaços para que esses cidadãos sejam capazes de interagir naturalmente na sociedade. Todavia, este parâmetro não promove a discriminação e a segregação na sociedade. Esses cidadãos passam a serem vistas pelo seu potencial, suas habilidades e outras inteligências e aptidões. Assim tornamos toda a sociedade um lugar viável para a convivência entre pessoas de todos os tipos e inteligências na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades, gerando a construção de uma nova sociedade sem barreiras.

PROJETO DE LEI N° 059/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Faculta aos produtores e organizadores de eventos, shows e similares, a cobrança de meio ingresso para pessoas que fizerem doações de alimentos não perecíveis, agasalhos ou livros.

Art. 2° Ficam excluídos deste benefício as categorias que já desfrutam, conforme a legislação vigente, do benefício do meio ingresso.

Art. 3° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A redução na cobrança de ingresso beneficia a todos os paranaenses que poderão desfrutar de um benefício que incentiva a produção cultural em nosso Estado.

Logo ao propormos o presente projeto de lei, estamos incentivando a produção de eventos que sejam acessíveis a toda população, e ainda estimulando a doação e ajuda a instituições de auxílio e benevolência.

PROJETO DE LEI N° 060/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a construir o Hospital Regional Medianeira, para atender a população residente nos Municípios de Céu Azul, Diamante do Oeste, Itaipulândia, Matelândia, Medianeira, Missal, Ramilândia, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu e Vera Cruz do Oeste.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa autorizar o Governo do Estado do Paraná a construir o Hospital Regional Medianeira, para atender a população residente nos Municípios de Céu Azul, Diamante do Oeste, Itaipulândia, Matelândia, Medianeira, Missal, Ramilândia, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu e Vera Cruz do Oeste.

Trata-se de uma obra que é reivindicada por loongos anos, em defesa dos interesses dos quase 150 mil habitantes, aguardam uma solução definitiva para a construção do Hospital Regional de Medianeira.

Uma parceria que merece ser apoiada por todos, pois visa beneficiar as pessoas, oferecer amor, praticar a

verdadeira filantropia e humanitarismo, objetivando eliminar as injustiças e promover a felicidade humana.

Sendo assim contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente propositura.

PROJETO DE LEI N° 061/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Esta lei disciplina o procedimento extrajudicial para recuperação do consumidor inadimplente no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2° O consumidor tem direito ao parcelamento de dívidas não pagas, sob a indicação de um plano de pagamento, formalizado por acordo.

Art. 3° A adesão ao plano de pagamento pelo credor é facultativa, e sua anuência importa na suspensão dos demais meios de cobrança judicial e extrajudicial, além da baixa do nome do consumidor dos cadastros mantidos pelos serviços de proteção ao crédito.

Art. 4° O parcelamento previsto nesta lei aplica-se às dívidas que configurem relação de consumo.

Art. 5° São competentes para mediação dos acordos:

- I - as cortes de mediação e arbitragem;
- II - a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas.

Art. 6° O consumidor deverá dirigir requerimento escrito a qualquer dos órgãos indicados no artigo 5°, contendo as seguintes informações:

- I - qualificação completa do requerente;
- II - indicação de cada um dos credores e o montante das dívidas;
- III - descrição da relação jurídica travada entre as partes, comprovando a existência de relação de consumo; e
- IV - apresentação de um plano de pagamento.

Art. 7° O plano de pagamento, descrito no item IV do artigo anterior, deverá conter os valores individualizados das dívidas e seu total, além da forma de pagamento a ser aplicada.

§ 1° O consumidor deverá indicar a quantia líquida que disporá mensalmente, para o cumprimento de acordo.

§ 2° Os valores mensais serão divididos em cotas proporcionais aos débitos, de forma a garantir amortização global das dívidas e seu adimplemento.

§ 3° O pagamento das parcelas será realizado diretamente ao credor mediante recibo de quitação, ou por

depósito bancário, servindo o recibo de depósito como comprovante do pagamento.

§ 4° No caso de inadimplemento das parcelas, sobre elas incidirão correção monetária, juros legais e multa de 2% (dois por cento).

Art. 8° O não cumprimento do plano de pagamento homologado ou transacionado entre os interessados implica na interrupção do acordo, sendo permitida a repactuação, condicionada à aceitação dos credores.

Art. 9° Os consumidores poderão requisitar o plano de parcelamento pessoalmente, sendo facultativa a postulação por advogado.

Art. 10. Os credores serão convidados a comparecer em audiência de conciliação, onde terão conhecimento da solicitação de composição amigável e do plano de pagamento.

Art. 11. No ato da homologação do acordo ou da transação, o consumidor será instruído sobre as consequências do descumprimento do acordo e sobre a sua natureza, devendo, tudo, ser reduzido a termo.

Art. 12. O acordo realizado pelos interessados nos termos desta lei, quando não aquele homologado pela Justiça, obrigatoriamente, além das suas assinaturas no instrumento particular de transação (termo de acordo) deverá constar a assinatura de no mínimo duas outras pessoas presentes que a tudo viram e confirmam.

Parágrafo Único. O acordo devidamente transacionado, nos termos do inciso II do artigo 585 do Código Civil, constitui-se em título executivo extrajudicial.

Art. 13. O nome do consumidor não poderá figurar em nenhuma lista de consulta que disponha sobre devedores em recuperação extrajudicial.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

JUSTIFICATIVA:

Um levantamento divulgado pela Serasa apontou que a inadimplência dos consumidores brasileiros aumentou, o nível de endividamento das pessoas ultrapassou o limite do tolerável e com ela chegou o aumento da inadimplência em nosso Estado.

A própria conjuntura econômica de nosso País dá ensejo aos altos índices de inadimplência. Não são raros os casos de desemprego e problemas de saúde que levam o consumidor a deixar de cumprir com suas obrigações.

Para ambas as partes as consequências são nefastas. O consumidor acaba por ter seu nome inserido nos cadastros de mau pagadores, além de ter o acesso ao crédito restrito. Para os empresários a inadimplência com-

promete sua estabilidade financeira e gera incerteza quanto ao cumprimento de compromissos e negócios futuros.

Estes problemas reais e conjunturas impossibilitam por vezes honrar os compromissos na forma pactuada, exigindo adequações à realidade que o negócio está vivendo, alongando a dívida, ou estabelecendo prestações periódicas mais suaves e passíveis de serem quitadas.

Desta feita, com a intenção de manter o ciclo do mercado de consumo ativo e propiciar aos consumidores inadimplentes a possibilidade de quitar seus débitos, bem como credores de receberem por seus préstimos, apresentamos o presente projeto que cria um procedimento extrajudicial de recuperação do consumidor inadimplente.

O consumidor inadimplente terá o direito de parcelamento de suas dívidas sob o sistema de indicação do valor correspondente a cada credor e a indicação de um plano de pagamento que deverá ser apresentado mediante requerimento nos órgãos elencados no artigo 5º da presente proposição. Mediante arbitragem, o credor poderá aceitar ou não a composição amigável do débito, o que acarretará em caso de êxito, na suspensão dos meios de cobrança judicial e extrajudicial da dívida correlata.

A Constituição Federal, no seu artigo 24, incisos V e XI estabelece a competência concorrente entre os entes federativos para legislar sobre consumo e procedimentos em matéria processual. A Constituição Estadual não descreve a iniciativa reservada ao Governador para apresentação de projetos de lei desta natureza, restando à competência ordinária da Assembleia Legislativa para regulamentar o tema.

Quanto ao mérito do projeto, denota-se que não encontra qualquer antinomia normativa com o sistema processual e material vigente. Os acordos extrajudiciais são aceitos e recebem a natureza de título executivo, (artigo 485, VIII, do CPC) razão pela qual ser possível a regulamentação de um procedimento que regule o tema de forma sistemática e com a publicidade necessária para o consumidor estar ciente dos seus direitos.

Cumprido por oportuno consignar que o artigo 4º, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor, que estabelece a Política Nacional das Relações de Consumo, reconhece a vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo, razão pela qual deve o Estado patrocinar mais este meio de integração, de modo a fortalecer as relações de consumo no Paraná.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 062/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica determinada a utilização de areia industrial, extraída dos finos de britagem e/ou pó de

pedra, no processo construtivo de obras públicas contratadas pelo Poder Público no Estado do Paraná.

§ 1º As empresas fornecedoras de agregados para a construção civil devem exercer suas atividades zelando pelo meio ambiente, de modo a reduzir o impacto ambiental causado pela exploração dos recursos naturais disponíveis.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, cabendo ao Poder Executivo a sua regulamentação o prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Sala das Sessões, em 24/02/10.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo estabelecer o uso de areia industrial em obras públicas, contratadas pelo Poder Público, ficando a sua regulamentação a encargo do Poder Executivo Estadual.

A extração de areia natural em áreas de preservação permanente como as bacias hidrográficas, mananciais públicos de abastecimento e dos corredores ecológicos de preservação da fauna e da flora do nosso Estado, tem destruído de forma irreversível nossas várzeas, impactando a agressividade no equilíbrio do meio ambiente.

Atualmente, o consumo da areia natural, somente apresenta prospecção para a exploração de lavras, e na maioria dos casos o empreendedor alarga essa concessão atuando de forma predatória. Com o término da exploração deixa o passivo ambiental para o proprietário da área e, em alguns casos sob a responsabilidade do Estado, onerando a sociedade com o custo da reparação ambiental.

O Estado do Paraná possui alternativas de exploração de arenitos e de desmonte de rochas, com vantagens técnicas equiparadas à areia natural. O impacto ambiental seria sensivelmente reduzido e economicamente viável, além de permitir a recuperação da área ao término da exploração.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Algumas vantagens do uso da areia industrial:

- Estudos científicos demonstram que a areia industrial pode ser utilizada tanto na produção de argamassas, como no concreto;

- Só no Estado do Paraná, a produção é de 20 milhões de toneladas de agregados por ano, sendo 46% de brita e 52% de areia;

- O mercado de produção de areia industrial está preparado para suprir a demanda imediata de substituição da areia natural pelos agregados artificiais, o que demonstra a viabilidade técnica e econômica da proposta;

- A substituição da areia natural pela areia industrial é imprescindível para assegurar um meio ambiente mais sustentável, com alternativas viáveis para evitar o desperdício e o uso irracional deste insumo não renovável, extraído das várzeas e leitos de rios estaduais quase totalmente esgotados. É urgente a necessidade de incor-

porar ao processo construtivo o uso da areia industrial, preservando as poucas áreas ainda intocadas, em benefício de toda a sociedade e do meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente e horário do PP, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Aqui na Assembleia tem funcionário que já nem fica de joelho mais e nem acende mais vela esperando por aquelas vantagens que eles têm direito por lei, há muito tempo. Perderam até a esperança. Nossa homenagem também aos paranaenses que acompanham através da TV SINAL; aos funcionários do nosso gabinete; aos assessores do Deputado Duílio Genari; da Deputada Cida; do Deputado Alexandre Curi. Eu recorro muito ao gabinete desses Deputados e sempre temos o carinho e bom atendimento de todos aqui, dos taquígrafos, dos garçons, do pessoal do som, do pessoal da Mesa, dos faxineiros, do pessoal que serve cafezinho e dos funcionários administrativos, desde o nosso consagrado Abib Miguel, que é o Diretor desta Casa, uma pessoa humilde, não gosta de homenagem. Já cheguei a pensar em prestar uma homenagem ao Abib Miguel pelos longos anos de dignidade e competência nesta Casa, mas ele é totalmente avesso a homenagens. Temos o Dr. Wilian, o Claudinho, o Loyola; a todos os servidores a nossa homenagem, ao nosso Carlos Alberto também.

Tenho aqui o e-mail do Sr. Milton Nantes, lembrando da história de uma senhora de muita idade, doente, que vai ter que esperar muito tempo para conseguir um atendimento médico. E se não bastasse o sofrimento pela doença e pelos muitos meses que terá que esperar para ser atendida, sem dinheiro nem para comprar remédio, a COPEL foi com o carro até a casa da mulher para cortar a luz. O funcionário só estava no cumprimento do seu dever. A COPEL que faz tanta propaganda de que pobre não paga luz, a SANEPAR também a mesma mentira, que baixa renda não paga água e não paga luz, a COPEL só não desligou a luz porque os vizinhos ficaram com pena, se cotizaram e pagaram a luz. O que custa para a COPEL pegar uma pessoa que queira Deus que ainda vá ter muitos anos de vida, mas pela lógica está caminhando para os últimos momentos de vida, para quê desligar a luz? A COPEL gasta milhões em propaganda na TV, nos jornais, no rádio.

Faço um apelo aos Diretores da COPEL e também aos Diretores da SANEPAR: quando tiver alguém com a conta em atraso, seja a conta de água ou de luz, antes de fazer o corte do fornecimento, coloque Deus, coloque o coração, coloque a humanidade e vamos respeitar quem

está passando por dificuldades. Isso não vai quebrar a COPEL, não vai quebrar a SANEPAR e dá uma isenção para que efetivamente é pobre.

Tenho um e-mail do grande comunicador Terra Júnior, um dos mais simpáticos comunicadores de Londrina. Diz ele: (lê e-mail, sobre a briga política entre o Governador Roberto Requião e o Ministro Paulo Bernardo, lembrando que só é através da Educação que pode-se melhorar o País).

Está certo o Terra Júnior. Tem um brilhante cidadão, que foi Prefeito de Londrina e Secretário da Saúde de Alto Paraná, ao tempo em que foi Prefeito ele dizia: “Se me pedirem para construir uma cadeia, eu não vou construir; se me pedirem para construir uma escola, vou construir a escola”. Ele está certo, queria Deputada Rosane Ferreira, uma mulher que coloca o corpo e a alma no trabalho que faz como brilhante Parlamentar.

E o Governador Roberto Requião está se despedindo do Governo. Está até cordial, agora, até me convidando, mesmo sendo Deputado da Oposição, para comparecer à inauguração do hospital regional do Sudoeste, Hospital do Walter Pecoits. Como não tenho uma roupa bonitinha não vou nem aparecer lá, que eu não sei se vou poder entrar com qualquer roupa.

Além dessa inauguração, o Roberto Requião também me convida para ir lá bater palmas para ele, na solenidade de inauguração de ampliação das instalações do Hospital Zona Sul de Londrina. Nossa gratidão ao Roberto Requião, ao Gilberto Martin, a todos que colaboraram com esta obra.

É muito raro eu comparecer numa festa de Governo, porque a pessoa que está no Governo, todo cidadão que está no poder, o que tem de mão agarrada naquele negócio do Governador, está cheio de mãos! E tem uns que agarram e só soltam quando está acabando o Governo! Agora o Roberto Requião vai poder até ficar mais tranquilo, porque os bajuladores, os puxa-sacos de plantão vão começar procurar outro ninho. E vão começar a dar uma folga para o Roberto Requião, porque ele teve estar realmente judiado de tanto de tanto puxa-saco, que agarra e não solta mesmo. Então, se eu estou ali, não faltará gente que vai dizer: “Poxa! Até o Antonio Belinati, agora, no final do Governo, vem aqui bajular o Roberto Requião”.

Prefiro, entre uma festa com o Governo e uma reunião com o nosso querido povo do bairro, da favela, do assentamento, da zona rural, fico com a reunião com o nosso povo, porque ali vou ouvir críticas ao meu trabalho, vou ouvir elogios, vou colher sugestões para trazer a esta Casa e fazer o melhor que podemos fazer. E com alegria, para o povo do nosso querido Paraná.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Falando em Roberto Requião, Governador Roberto Requião, já fiz a primeira parte agradecendo os dois con-

vites. Agora, vem aqui um pedido meu, em nome da Dona Clismari. Ela mora no Litoral do Paraná. Presta atenção, Governador Roberto Requião, soube que ele tradicionalmente acompanha a transmissão das Sessões da Assembleia Legislativa, ao vivo ou na reprise, à noite, pela TV SINAL. Então, Governador Requião, o senhor que muito provavelmente está acompanhando este trabalho, olhe o que diz esta mulher: *Meu marido é policial militar e já faz quatro anos que não vem farda.* A Polícia Militar não fornece farda para os policiais, o marido dela faz quatro anos que não recebe uma farda, e o pior é que se estiver com a farda rasgada é capaz que o policial seja expulso da corporação, porque não pode trabalhar de farda rasgada, mas um uniforme sendo utilizado por quatro anos não deve estar em bom estado de conservação. Então, diz ela aqui: *A farda dele está quase furada.* Olha, a senhora não deixe furar a farda, porque senão eles foram com ele, colocam-no para fora da Polícia Militar. E ela diz ainda: *O coturno já está furado e nem adianta os Coronéis falarem, pois eles sempre dizem que tem farda, mas na realidade somos os familiares de policiais que sabemos o quanto sofremos. Meu marido pediu para acharem um coturno para ele, pelo menos para ele poder trabalhar sem passar vergonha de usar o coturno que ele tem, e acabaram dando um coturno usado, modelo cano alto, que no verão é quase impossível de ser utilizado, fora os policiais que foram trabalhar na Operação Verão e que mal receberam farda para poder estar adequadamente na praia, com uma bermuda.* Então, temos aqui essa reclamação, e mais: *Gostaria que o senhor andasse à beira-mar e iria ver quantos policiais utilizam calça e o mais incrível é que a diária que os de maior escalão estão recebendo é bem maior, pois dos R\$ 135 ficam R\$ 85 para pousada que eles ficam.* Então, ele diz que é para fazer um pagamento de R\$ 135 para quem está na Operação Verão e só acaba chegando R\$ 85. Aí já é uma acusação. E daí ela fala do problema até de banheiro, de estarem em um quarto para oito policiais com apenas um banheiro.

Então, é um tratamento de desumanidade do Comando da Polícia Militar, do Governo do Estado. Vemos hoje bois, cavalos de raça recebendo melhor tratamento do que um policial, do que um ser humano.

Outro dia estava vendo um cidadão, o chamei de doutor e aí ele me falou que não era doutor, mas ele me contou a sua história: ele usa calça branca, camisa branca, tênis branco, meia branca, usa luvas, e na hora do expediente tem que usar máscara para lidar com o boi e com o cavalo de raça do patrão, tudo isso para não contaminar o animal. E tem animal aí, de grandes criadores, que vem do exterior, inclusive de avião. De vez em quando vemos alguns aviões chegando em aeroportos do Paraná e pensamos que é alguma estrela ou alguma autoridade, mas na verdade é boi ou cavalo de raça, e nesses canais que transmitem leilões de animais vemos que tem cavalo, tem boi que está muito mais valorizado do que o trabalhador, do que a trabalhadora. Tem boi sendo arre-

matado por 1,2 milhões e cavalos de 2, 3, 4, 5 milhões, enquanto isso o policial em quase que um cubículo, amontoado, com um banheirinho, uma farda furada e tantos anos para ser repostado o uniforme. Esperamos que tudo isso possa ser corrigido!

E temos a notícia boa. A Justiça livrou o Paraná de pagar 20 bilhões para a CR Almeida. Vai sobrar mais dinheiro.

Aí tem aqui no O Estado do Paraná: *Paulo Bernardo pode ir à Justiça contra o Requião. O Requião acusa o Ministro do Planejamento de propor obra superfaturada no interior do Paraná.* E está aqui uma coisa que eu digo que temos que votar urgente, o novo salário-mínimo daqui do Estado do Paraná, porque os preços de todos os produtos já estão registrando aumento de preço significativo em fevereiro. É aquilo que eu disse aqui ontem, está subindo tudo, a comida, o remédio, o transporte. E o Lula, está aqui: *Arrecadação de impostos bate recorde no Brasil. O leão está de barriga cheia.* Por isso que nós deveríamos aqui, senhores e senhoras da Bancada do PT, de apoio ao Presidente Lula, nunca o Governo arrecadou tanto dinheiro como agora. Tem gente com medo da Polícia Federal, da Receita Federal, está pagando imposto porque quer, espontaneamente, alguns até por medo.

Então, está aqui: *O Governo arrecadou 73 bilhões somente em janeiro, 135 a mais do que ano passado.*

Então, Sr. Presidente, se o Lula não sabe o que fazer com tanto dinheiro, e tem sido noticiado que o Paraná está tendo um tratamento de segunda classe, de terceira classe, com desrespeito, com desconsideração, porque o dinheiro daqui está indo embora para outros Estados, está retornando muito pouco, é bom lembrar ao Presidente Lula que aqui ainda faltam muitos hospitais, ainda faltam muitas escolas, muito centro de treinamento de mão de obras, para ajudar o cadeirante, o cego, o portador de deficiências, o idoso, para gerar emprego, que o Paraná esta tão carente. O Governo não sabe mais onde colocar tanto dinheiro que está sendo arrecadado em impostos. Se tem dinheiro é obrigação, é dever do Governo fazer as estradas, pavimentar as estradas que não têm asfalto, cuidar da área da Saúde e restaurar a Segurança para o nosso povo. É tanta coisa que pode ser feita e o dinheiro está lá em Brasília, muitas vezes indo para Estados que não precisam. O Paraná também tem direito, sim, de receber a sua parcela.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Usar a tribuna após a fala do Deputado Belinati é de uma responsabilidade muito grande para nós. Mas

coincidentalmente hoje o que me traz a essa tribuna é que devo protocolar na sequência um projeto de lei, de nossa autoria, que visa a utilização de areia industrial, ou pó de pedra nas construções contratadas pelas obras do Poder Público Estadual.

Coincidência ou não, o meu primeiro pronunciamento nesta Casa no início do nosso mandato, versava sobre a questão da areia natural e do uso da areia.

Lembro perfeitamente quando subi nesta tribuna, Deputado Enio Verri, ainda com as pernas trêmulas, porque é difícil enfrentar esse lugarzinho pela primeira vez, e ainda falar com Deputados com uma caminhada longa, oradores magistras, é difícil. Mas lembro que a primeira vez que ocupei este espaço, Deputada Luciana, qual foi a minha preocupação? As cavas de areia da Região Metropolitana. Lembro que naquele verão de 2007 perdemos 17 jovens afogados nas cavas de areia da Região Metropolitana. Eram mais perdas aqui do que em todo Litoral paranaense. Lembro que falei desta tribuna, denunciei as formas como estavam largadas as nossas cavas após a extração predatória da areia. Passaram-se alguns anos e estamos aqui dizendo que a situação não mudou.

De jeito nenhum uma Deputada do Partido Verde sobe à tribuna e quer que pare a construção civil. Em hipótese alguma queremos, pois sabemos que o processo construtivo é fundamental. Sabemos da dificuldade que temos para garantir o acesso à casa própria de muita gente no nosso Estado. Mas é possível construir, desenvolver, assegurar qualidade de vida para as pessoas sem destruir o meio ambiente de forma como é feito.

Por esta razão que estamos propondo o projeto de lei que estabelece a utilização de areia industrial em obras públicas no Estado do Paraná. Esse projeto começa a tramitar nesta Casa, deve dar muita discussão, os areeiros têm um lobby muito forte, tramitam com muita tranquilidade aqui dentro. Mas tenho certeza que teremos mais uma alternativa e o Estado, dando exemplo, fará com que mais tarde possamos, dentro da sociedade como um todo, ter uma alternativa à retirada como é feita hoje a areia das margens do nosso rio.

Atualmente o consumo da areia natural somente apresenta prospecção para exploração de lavras. E, na maioria dos casos o empreendedor alarga essa concessão, atuando de forma predatória. Com o término dessa exploração deixa o passivo ambiental para o proprietário da área, em alguns casos sob a responsabilidade do Estado, onerando a sociedade com o custo da reparação ambiental.

O que é feito da flora e da fauna das margens dos nossos rios? No ano passado tive um convite do então Presidente do IBAMA, o Sr. Zé Álvaro, que lamento muito a sua saída, fizemos um sobrevoo de Porto Amazonas até o Atuba, seguindo as margens do rio Iguazu. Em alguns momentos as várzeas são tão exploradas e tão alagadas, de uma forma tão irresponsável, que o piloto do helicóptero se perdia e não sabia onde seguir o curso.

Então, é mais uma alternativa e espero poder contar com o apoio dos senhores, com todos os questionamentos e com emendas que forem necessárias para que possamos dar mais esse passo para preservar a vida no nosso Estado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente e falará também na liderança do seu partido o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Dois assuntos me fazem usar à tribuna na Sessão de hoje. Primeiro, na última segunda-feira, eu falava desta tribuna e não liberação de alguns recursos para o nosso Estado. Fiz referência a alguns órgãos da imprensa do Estado do Paraná que, na semana passada, tinham divulgado amplamente a falta de liberação desses recursos e procuraram achar os culpados. Fiz referência, na segunda-feira, do porto de Paranaguá, dos mais de 200 milhões que o Paraná deixou de receber. Além disso, fiz referência da construção de um ramal da FERROESTE, com a construção de um novo traçado da FERROESTE, totalizando mais de R\$ 500 milhões. Abordava este assunto na segunda-feira, e este assunto foi abordado pelo Governador, na escolinha, ontem pela manhã, quando ele atacou o Ministro de Planejamento Paulo Bernardo, dizendo que havia uma conversa entre ele - Governador - e o Ministro, lá com o Governo, em relação a essa obra, que ele não concordava com o valor estipulado pelo Governo Federal.

Ontem mesmo, o Deputado Enio Verri, Presidente do PT, leu da outra tribuna uma nota sobre as declarações do Governador Roberto Requião, assinado pelo Ministro Paulo Bernardo. Deputado Neivo Beraldin, veja a que ponto nós chegamos. Como é difícil, muitas vezes, entender a vida pública ou a própria política. De um lado o Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, diz que é companheiro do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, mas por outro lado, o Governador ataca seus Ministros, ataca sua administração. Ora, se eu ataco a administração de alguém, automaticamente, estou criticando também quem administra o País. Isso é óbvio. Não dá para desassociar os Ministros de Governo do Presidente da República. Então, na verdade, o que quer fazer o Governador Requião? Quer ficar de bem com o Presidente da República e quer atacar seus opositores no Estado do Paraná.

Como essa é uma briga do PT/PMDB, e não quero entrar nesse mérito, só gostaria de dizer e lembrar à sociedade do Paraná que o Governador Roberto Requião, Deputado Marcelo Rangel, é especialista em querer deneigrar a imagem dos homens públicos ou dos políticos que exercem cargos no Governo Federal. E é o que ele está

fazendo, hoje, com o Ministro Paulo Bernardo. Todos sabem que o Democratas, partido ao qual pertencço, é oposição ao PT em nível nacional, mas tenho na pessoa do Paulo Bernardo, como Ministro, um homem sério, íntegro, e é um paranaense que está lá a serviço do Governo Federal, e nós paranaenses deveríamos nos unir e aproveitar essa oportunidade. Aliás, isso tenho defendido inúmeras vezes, nesta Casa, independente de que partido seja o Ministro, independente de que partido seja o Presidente da República, para que unamos os nossos esforços para que o Paraná seja beneficiado.

O próprio Governador Roberto Requião, quando Senador da República, agrediu, atacou e acabou com a pessoa do Senador José Eduardo de Andrade, o Zé do Chapéu, que era Senador da República e Ministro da Agricultura, que estava a serviço lá do Governo Federal, e foi atacado pelo Roberto Requião. O Reinhold Stephanes, hoje Ministro da Agricultura, um homem íntegro, sério, não é do meu partido, mas que tem o respeito de toda sociedade produtora do Estado do Paraná pelas suas posições, mas, quando era Ministro da Previdência, foi atacado pelo Roberto Requião. E quem não se lembra do episódio Rafael Greca de Macedo? Quando Rafael Greca era Ministro dos Esportes e Roberto Requião era Senador, quem não se lembra das palavras que Roberto Requião usava contra o Ministro Rafael Greca? E, hoje, o Ministro Rafael Greca é Secretário de Roberto Requião. Não dá para entender algumas coisas.

E essa situação, acredito que o Paulo Bernardo pela sua seriedade, pelo trabalho que ele faz, e aquilo que ele escreveu nessa carta sobre as declarações do Governo Roberto Requião, ele tem dito que vai procurar na Justiça. Espero realmente que ele vá para a Justiça, porque o Governador Roberto Requião fez acusações seriíssimas, dizendo que havia apresentado uma proposta de 500 milhões e na verdade esse projeto não passaria de R\$ 150 milhões. Ora, onde ficaria o resto?

Acredito que o Ministro Paulo Bernardo, como muito bem disse o ex-Secretário de Planejamento do Governo Roberto Requião, hoje Deputado e Presidente do PT, Enio Verri, fez as suas considerações ontem da outra tribuna. Este é um assunto que espero que possa ser esclarecido e que realmente o Governador seja responsabilizado pelos atos, como disse ontem o Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, que ele tem a língua solta, fala o que pensa. Fala aquilo que vem na mente e sem refletir. Eu com toda sinceridade, conheço o Ministro Paulo Bernardo, sou amigo pessoal dele. Acredito que ele não faria o que o Governador Roberto Requião tem dito na sua "escolinha". Espero que essa dúvida seja esclarecida pelo Ministro ou até pela própria Justiça.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

Um outro assunto, Srs. Deputados, que gostaria de trazer na Sessão de hoje, que é o motivo principal de usar

o Pequeno Expediente e também o horário do nosso partido, é em relação a COHAPAR.

Deputado Enio Verri, Deputada Cida, Deputado Quintero, tenho recebido inúmeras denúncias no meu gabinete e tomei a liberdade de confirmar para não chegar aqui na tribuna e fazer falsas acusações ou denúncias infundadas. Tem empresas - aliás isso eu já fiz em 2008 - depois a COHAPAR tem resolvido problemas financeiros da COHAPAR com a associação das pessoas que estão construindo as suas casas.

Como é que funciona isso? A COHAPAR constrói um conjunto habitacional, é formada uma associação. A COHAPAR licita a compra das mercadorias, cimento, telhas, madeira, tijolos, e pede para a empresa entregar essas mercadorias. E o prazo seria de 15 dias para o pagamento.

Pois bem, a empresa entrega a mercadoria e depois a associação faz o pagamento para a empresa. Quando a COHAPAR não repassa os recursos, automaticamente há empresas que estão sem receber e não é de agora, tem a receber do ano passado. Estão recebendo a conta-gotas.

Agora, o mais grave é que os funcionários que trabalham nesta obra também estão sem receber. Podia citar alguns exemplos: Cafelândia, 153 casos paralisados, os Municípios de Assis Chateaubriand, paralisado, o Município de Maripá, Guaíra, Palotina, Vera Cruz do Oeste, são alguns Municípios aonde as obras iniciaram há muito tempo. Por exemplo, Cafelândia, a obra deveria ter sido entregue em 2008. Já estamos em 2010. E lá está contratado, registrado funcionário, apenas o vigia, e mais uma pessoa. Os demais são contratados como autônomos.

Tenho conversado também com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Cascavel, ele fez a denúncia dizendo e está na imprensa também no Oeste do Paraná, dizendo o seguinte: que os funcionários, aliás, essas casas estão sendo construídas com os recursos, Deputado Luiz Accorsi e Deputado Plauto Miró, são do FGTS - como que a COHAPAR permite que você use recurso do FGTS para construção da casa e os trabalhadores que trabalham nesse conjunto não são registrados, não recolhem FGTS, são contratados como autônomos e sem receber que é o mais grave ainda, sem receber, a COHAPAR não repassa os recursos para as associações para que elas possam liquidar as dívidas que elas têm ou com os funcionários ou mesmo com as empresas.

E é por esta razão que estamos apresentando hoje, a Bancada da Oposição, um requerimento, um pedido de informações solicitando estes esclarecimentos da COHAPAR, porque não é possível que os Municípios que compraram área de terra, já na administração passada, inúmeros Municípios compraram na administração passada, aquela administração entregou o mandato no começo de 2009, esses terrenos foram comprados lá em 2006, 2007, 2005 e as obras iniciaram agora, outras não iniciaram ainda, as que iniciaram os recursos não estão sendo liberados para que aquele tão sonhado desejo do

morador, do cidadão ter o seu teto para morar, ele não consegue e o trabalhador que trabalha nesses lugares não recebe o seu salário também.

Então, este esclarecimento e isso queria trazer hoje à tribuna, mais uma vez nos deparamos diante disso. É COHAPAR, mas quando falo COHAPAR, esse Governo do Estado, porque o Governo, o Tesouro do Estado é um, porque a COHAPAR é uma empresa, entidade, Secretaria ligada ao Governo do Estado - se não tem recurso lá na COHAPAR, então que não se inicie a obra - e se é falta de recurso o Governo do Estado que põe recurso na COHAPAR para que essas obras não sejam paralisadas ou que no mínimo os trabalhadores recebam os recursos pelo trabalho que eles tem prestado.

Agora, como é duro, não é Deputado Quinteiro, Deputada Cida, quando você recebe essa denúncia e você se depara diante deste quadro. E por outro lado você vê o Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, correndo o Estado dizendo que nunca se construiu tanto como se construiu nesta época.

Aliás, por falar nisso, em 2002 na campanha do Governador Roberto Requião ele disse que iria construir 200 mil casas. Até agosto do ano passado, em sete anos de Governo, não em quatro anos como tinha prometido, porque não podia prometer 200 casas para oito anos, porque se ele fosse Governador seria para quatro anos, ele prometeu 200 mil casas. Até agosto do ano passado, desde 2003 até ano passado, foram construídas pouco mais de 30 mil casas. Onde estão as outras 170 mil casas prometidas que iriam ser construídas no primeiro mandato?

Então, quero dizer que é o Governo realmente da propaganda, das promessas fáceis e nada se realiza. A mesma coisa que ele fez com o pedágio, “eu acabo com o pedágio do Paraná, vou construir as estradas da liberdade, vou fazer não sei o quê desse Estado do Paraná” e nada acontece.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Elio Rusch, voltando ao assunto que V. Exa. traz nesta tarde, com relação a COHAPAR. O nosso gabinete recebeu várias denúncias, inclusive estamos fazendo um levantamento e estamos preparando um requerimento para saber quanto que a COHAPAR está devendo e não está pagando.

São vários fornecedores que estão batendo na porta da COHAPAR e não estão recebendo e isso já é dívida antiga! Na minha região tem fornecedores, em vários lugares do Paraná tem fornecedores que nos mandam e-mails, telefonemas, enfim querem saber quando a COHAPAR vai pagar. Agora precisamos saber quanto a COHAPAR deve, por que não está pagando, por que não está construindo as casas que prometeu e ainda não está pagando os fornecedores, precisamos ficar atentos a isso!

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço ao Deputado Douglas e V. Exa. confirma aquilo que está acontecendo no Oeste e tenho certeza deve estar acontecendo em todas as regiões do Paraná, tenho certeza que deve estar acontecendo no Norte Pioneiro, Maringá, Londrina, aonde existem casas. Afinal de contas não são tantas obras em andamento pela COHAPAR não, mas o que está em andamento está atrasado ou paralisado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, nobres Pares, as manchetes dos jornais de hoje, Sr. Presidente Augustinho Zucchi, que é coincidentemente engenheiro agrônomo, dão conta e comemoram de que o Brasil já é o segundo maior produtor de transgênicos do mundo. E comemoram isso com manchetes bastante grandes como se isso fosse de fato um título extraordinário! Eu digo que há títulos que é melhor não sustentar, porque nessa questão dos transgênicos o Brasil, que apresenta uma safra cada vez maior, tem hoje uma área total de 22,8 milhões de hectares de transgênicos, destes praticamente entre soja, milho e algodão são 21,4 milhões, ou seja, 95%. Só que o País esquece que as sementes transgênicas não são dos agricultores, elas não são as sementes crioulas, Deputado Elton Welter, Presidente da Comissão de Agricultura da Casa, elas são sementes que a natureza levou bilhões de anos para criar e chegar num produto de excelência e em poucos anos a iniciativa privada toma para si.

O transgênico é uma nova carteira de identidade que se dá a uma nova espécie colocando, às vezes, no milho um gene de borboleta, uma bactéria ou coisa que o valha, mas que não se restringe ao laboratório, se deixa livre para espalhar ao bel-prazer da polinização, na própria natureza, ou seja, se fabrica, dando uma de aprendiz de feiticeiro, uma nova carteira genética para um novo ser e se lança na natureza, à mão cheia, como se semeasse um determinado local com coisas maravilhosas.

Não há dúvida nenhuma que a tecnologia que combina DNA de seres diferentes não deve ser descartada, com os transgênicos se pode fazer hormônio de crescimento e poupar milhões e milhões de seres com o sacrifício. Com os transgênicos se pode criar vacina genética, se pode fazer cirurgias gênicas, com os transgênicos se pode fazer, por exemplo, a insulina poupando da morte milhares de suínos e bovinos, que eram sacrificados apenas para retirar o pâncreas para servir de remédio aos seres humanos.

Entretanto, se é preciso que a tecnologia avance, não podemos imaginar que onde ela coloca o dedo vai ser uma coisa maravilhosa e virar ouro! Aliás, ouro vira para a iniciativa privada, para os poderosos grupos econômicos e financeiros na área do agronegócio, a Cargill, a Bunge, a Monsanto, a Bayer, a Syngenta e tantas outras que se locupletam de altos lucros, enquanto que o agricultor e o País, principalmente o País, abre mão das suas sementes e de uma tecnologia natural que a própria natureza levou bilhões de anos para concluir.

Acho que estamos num caminho errado. O produtor perde o direito às suas sementes, o Brasil perde a sua independência e os grandes conglomerados multinacionais ganham com isso. Onde vamos parar? Eu não sei. Até porque a Comissão Nacional de Tecnologia, a CNT-BIO está eivada de pessoas, a começar pela sua presidência, que concordam com a tecnologia dos transgênicos dessa maneira como é feita. E aí vem o arroz, vem o tomate, vem uma série de outros alimentos. E chegará o dia em que só poderemos comer se pagarmos os royalties que essas empresas deterão, porque detêm a patente desses genes e são apenas essas sementes que são oferecidas e que são semeadas.

Para se ter uma ideia, já se fala que o Brasil, no ano que vêm, deve ter um plantio 50% maior. E que o milho transgênico, que hoje ocupa 35% da área, ocupará 53% da área do País. Não é brincadeira. Esta é uma situação que não devemos nos orgulhar. As manchetes estampam: *Brasil é o segundo produtor mundial de transgênicos*. Tem título que é melhor não ostentar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Próximo orador, Sr. Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero me solidarizar à fala do Deputado Cheida, quando esta Casa discute que tem que ter o princípio da precaução em novas tecnologias, discute com muita responsabilidade. Não podemos ir na lógica do mercado, Deputado Cheida. E V. Exa. quando discursa fala da dominação, e percebemos que cada vez mais se cria dependência econômica dos nossos produtores em relação aos insumos para a agricultura. Isso é muito perigoso.

Vai chegar o tempo que se não tiver um controle mundial cada vez mais os produtores e os consumidores vão ficar dependentes das grandes transnacionais que controlam as sementes, controlam os insumos, e por consequência a comida. A seriedade disso é grande e precisamos legislar, criar condições para que não criemos problemas para as futuras gerações.

Sr. Presidente, vim no dia de hoje falar do tema da Campanha da Fraternidade que é: Economia e Vida. Essa campanha foi lançada recentemente. É importante que se faça um grande debate com toda a sociedade brasileira.

O CONIC, que é o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil, tem o texto base que é Economia e Vida, que trata do tema da Campanha da Fraternidade. E o tema quer trabalhar para educar para a prática da economia solidária. É uma forma mais rápida e justa para diminuir a desigualdade.

Quero elogiar as Igrejas, que a cada cinco anos da Campanha da Fraternidade é ecumênica. Este ano de 2010 é novamente ecumênica, envolve mais Igrejas Cristãs. Daqui a cinco anos terá outra, de acordo com o planejamento das Igrejas terá outra Campanha da Fraternidade ecumênica. E neste ano, tratar da economia solidária certamente terá um grande avanço a discussão de como diminuir as desigualdades sociais.

Sabemos da importância que tem esse tema, o próprio Governo Federal tem criado condições para expandir, por exemplo, as cooperativas de crédito solidárias, as Cresois. Facilitou também mudando as regras do Banco Central, para que as cooperativas como a SICREDI, a SICOOBI e outras cooperativas pudessem ocupar mais um espaço do mercado de clientes, dando uma humanização no processo de acesso a bancos com caráter mais solidário.

O que é conclamado nesta Campanha da Fraternidade é a implantação de um modelo econômico de solidariedade e justiça para todos. E já há um estudo, todo um trabalho sendo feito para que se possa diminuir as diferenças. E o Fórum de Economia Solidária tem trabalhado para que em breve tenha uma lei geral da economia solidária e popular. Essa lei geral teria que ser no sentido de uma iniciativa popular, discutida amplamente para que pegue, de fato, e toda a sociedade discuta essa lei geral da economia solidária.

Para isso também deverá ser criado o Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária. Então, já há iniciativas neste sentido, mas precisamos dar um passo adiante, precisamos sair desta economia do lucro, de tirar vantagem de tudo. Teremos que mudar, criar condições para que a sociedade seja mais justa e diminuam as desigualdades.

É portanto um momento muito rico, na medida em que a Igreja puxa esta Campanha da Fraternidade: Economia e Vida. É fundamental que a sociedade se envolva, que discuta caminhos para diminuir a desigualdade social.

Era isto, Sr. Presidente. Fiquei feliz por usar desta tribuna e falar sobre este tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedemos a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Wilson Quinteiro.

Deputado Wilson Quinteiro (PSB)

O SR. WILSON QUINTEIRO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela TV SINAL.

Hoje não iria levantar para me pronunciar na Assembleia Legislativa, porém, quando comecei a ouvir o pronunciamento do Deputado Elio Rusch a respeito da COHAPAR, este assunto me chamou a atenção, pelas circunstâncias em que a Cooperativa Habitacional do Paraná se encontra.

Chamou-me a atenção porque sabemos da necessidade que temos das ações da COHAPAR na questão da Habitação no Estado do Paraná. Mais do que isso, sabemos da importância da distribuição e da oportunidade das pessoas de terem suas casas. Casas que não são dadas, não são doadas. Casas que são proporcionadas, muitas vezes, às pessoas que não têm rendas financeiras maiores e compatíveis para aquisição no mercado comum.

Mas, quando ouvimos que a COHAPAR entra em dificuldade, que fornecedores ou terceiros que estão construindo, ou deveriam estar construindo, se encontram em dificuldades, e o desenvolvimento habitacional começa a ficar em dúvida e até mesmo precário, me levanta muita preocupação.

Dias atrás apresentei uma indicação ao Governo do Estado do Paraná denominado até a criação do mutirão da conciliação no Estado do Paraná. O que significa isso? Significa observar a responsabilidade social do Estado do Paraná em relação àquelas famílias que já adquiriram suas casas, mas que se encontram em dificuldades, muitas vezes no pagamento, cujas casas estão na iminência de serem objeto de ações judiciais, de rescisões de contratos, porque o cidadão que adquiriu uma casa pela COHAPAR não tem a chamada escritura definitiva. Ele tem apenas um contrato, a oportunidade de aquisição ao final, com certificado de quitação, ao ser expedido pela COHAPAR, quando quitado.

Mas, o fato é que temos grandes problemas sociais. E se estamos com dificuldades na construção de um número pequeno de casas, como foi aqui aventado, temos grandes dificuldades também de pessoas que podem perder suas casas. E pessoas que não têm, muitas vezes, como fazer um questionamento, um reajuste do contrato, pessoas que não têm sequer condições de contratar um advogado e que não podem se socorrer na Defensoria Pública do Estado do Paraná, porque ela não existe.

E aí começamos a fazer uma reflexão aprofundada. Talvez eu esteja falando aqui pela TV SINAL às pessoas que não têm esse problema com a COHAPAR, porque precisamos de assinatura para alcançar as imagens da TV SINAL, mas quero falar aos irmãos do Paraná, pessoas de Maringá, pessoas de Londrina, pessoas de Curitiba, pessoas de todo este Estado que estão preocupadíssimas com essa situação.

Então, quando vejo aqui um Deputado, como vi hoje o Deputado Elio Rusch se levantar e falar com bas-

tante propriedade do momento por que passa a COHAPAR, começo a ficar ainda mais preocupado, porque tive uma visão de buscar esse mutirão da conciliação e aguardo uma resposta da COHAPAR, do Governo, para que possamos fazer isso pelo Estado. Preocupo-me ainda mais de como estaremos daqui a algum tempo em relação às novas casas, às novas habitações. É bom lembrar que o Governo Federal temos programas excelentes, como o Programa Minha Casa, Minha Vida, mas esse programa sabemos que só é destinado às grandes Cidades, ou Cidades menores integrantes da Região Metropolitana. Então, os Municípios menores não alcançam e a COHAPAR volta a ter o seu papel social nesse direito fundamental.

Então, se queremos falar de equilíbrio, se queremos falar de democracia, se queremos falar de direitos constitucionais temos, que pensar nessas questões efetivamente fundamentais, porque habitação é, sem dúvida nenhuma, algo importantíssimo para a família brasileira e para a família paranaense.

Finalizo, novamente fazendo um apelo daquele requerimento que foi feito e aprovado aqui por todos os Deputados, para que possamos, a exemplo do Poder Judiciário, criar o Mutirão da Conciliação da Habitação COHAPAR no Estado do Paraná, dar condições, restabelecer o equilíbrio, reajustar os contratos, para que ninguém venha a perder as suas casas em prejuízo da população do nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Passa-se ao horário do Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Marcelo Rangel, durante 15 minutos.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sra. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Subo à tribuna nesta tarde para falar sobre medicamentos, farmácias e um erro grave do Governo com relação à tributação. Mas, antes de falar sobre imposto, recebi apelos de diversos cidadãos dizendo que está faltando medicamento no Programa Paraná Sem Dor. Está faltando codeína, remédio para dor para pacientes com câncer - isso já está acontecendo há várias semanas no Hospital Erasto Gaertner. Conversei agora com o Dr. Mário Basso, do Hospital Erasto Gaertner, que me confirmou que realmente está faltando o medicamento. Chegaram alguns remédios hoje ao hospital, mas ainda falta codeína já há algumas semanas. Isso é muito grave, porque é um remédio do Programa Paraná Sem Dor e muitos pacientes estão passando por momentos terríveis, com muita dor, por falta desse medicamento essencial. Se faltam no Hospital Erasto Gaertner faltam, com toda certeza, em outros hospitais faltam medicamentos especiais

e essenciais desse programa que é um programa tão importante Paraná Sem Dor. Portanto, faço aqui a minha reivindicação à Secretária da Saúde.

Deputado Elio Rusch, subi aqui para falar de imposto, de medicamento e para falar sobre aquele pacote que foi aprovado aqui na Assembleia Legislativa, enviado pelo Poder Executivo, pelo Governo Roberto Requião que falava a respeito de imposto, de ICMS. E dizia que muitos produtos iriam receber uma taxa menor, a alíquota iria cair, e com isso, os preços iriam baixar também. Nós da Oposição, desde o princípio, alertamos para alguns erros visíveis no projeto que chegou aqui na Assembleia Legislativa. Isso aconteceu no final do ano passado e entrou em vigor em 1º de abril de 2009. Hoje, temos a certeza e - vou provar aqui nesse meu pronunciamento - que temos um erro grave com relação à tributação, principalmente no que diz respeito a medicamentos.

Naquela ocasião falamos que o pacote seria prejudicial, porque acarretaria um problema no setor produtivo, porque a alíquota da energia elétrica iria subir, dos telefones e dos combustíveis também. E isso aconteceu que uma das maiores empresas a Norsk de Jaguariaíva, passou por problemas com relação à majoração da alíquota na energia elétrica. Isso comprovou o que falávamos, que o setor produtivo seria afetado no Estado do Paraná. E muitas indústrias reclamaram a respeito disso.

Mas o que está acontecendo no setor farmacêutico? E nesse momento quero me dirigir especialmente aos proprietários de farmácias no Estado do Paraná. Porque o que vou contar aqui e provar aos Srs. Deputados atinge diretamente ao empresário, ao farmacêutico, mas também a cada cidadão paranaense. Porque na ocasião em que muitos discursos pronunciados na Assembleia Legislativa, principalmente da Bancada do Governo, falava-se que iria a alíquota de 18% para 12% e que os medicamentos iriam cair, baixar o preço. Mas o que aconteceu foi algo mais grave! Realmente a alíquota caiu de 18% para 12%, mas mudou completamente o sistema, a substituição tributária para os farmacêuticos, para os donos de farmácia. É algo terrível! Porque antes a alíquota do imposto era sobre a diferença do valor da compra e o valor da venda.

Hoje não. Hoje, o imposto é sobre o valor máximo do produto. Tenho alguns exemplos impressionantes, e as pessoas que estão nos acompanhando em casa vão poder observar a disparidade. Vejam só: este medicamento o Diovan tenho a nota dele. Ele, segundo nota, gostaria que a câmera mostrasse, saiu a R\$ 39,78, mas o valor máximo dele é 110,48.

Portanto, o ICMS, o imposto cobrado pelo Paraná é de R\$ 31,65. Sabe quanto sai esse medicamento na farmácia? R\$ 44,17, R\$ 31 de imposto, o medicamento sai por R\$ 44,17. Onde estão os 12%?

Segunda nota. Medicamento Citalopran, vejam que impressionante, está completamente errada a tributação no Estado do Paraná, e diferente dos outros Estados.

O Citalopran custa R\$ 42,25, valor da nota; o valor do ICMS de substituição R\$ 21,25. Ou seja, o proprietário da farmácia não pode dar desconto algum, em hipótese nenhuma pode dar desconto porque o valor do imposto é sobre o valor máximo do produto. Então, o que acontece? Uma disparidade ainda maior com alguns medicamentos mais simples, como é o caso do Omeprazol! Vocês sabiam que no Estado do Paraná o imposto do Omeprazol é maior do que o valor do produto?

Então, está completamente errado, precisamos aprofundar essa discussão, porque um projeto de substituição tributária não pode partir de um Deputado, senão nós faríamos aqui o projeto, tenho certeza que os Deputados que estão nos acompanhando, com essas provas, com as notas, e principalmente com os depoimentos de todos os donos de farmácia, da farmácia lá do seu bairro, as grandes redes também, tenho certeza que partiria da Assembleia Legislativa um projeto para corrigir esse problema sério. Mas, estaríamos incorrendo num risco de se tornar inconstitucional por ser renúncia fiscal. Tem que partir do Poder Executivo, do Sr. Governador.

Por isso nesse momento peço, não só à Liderança do Governo, mas também ao Governo do Estado do Paraná, para que nós possamos agendar uma grande Audiência Pública, para que todos os donos de farmácia possam se pronunciar, possam dizer que realmente isso está acontecendo no Estado, porque em outros Estados do Brasil isso não acontece. Em Minas Gerais por exemplo, o imposto é iniciado sobre o valor de compra. Então, nesse caso como citei o valor de compra seria de R\$ 42,00. No outro caso, mais grave ainda, o imposto seria de 12% sobre R\$ 39,78, não sobre R\$ 110,78 que é o valor máximo.

Acabei de receber aqui dos policiais, desculpe interromper o meu discurso, mas acho que algo importante, os policiais do Estado do Paraná estão pedindo aos nobres Parlamentares, e principalmente à Mesa Executiva, para que a PEC n° 064 seja votada imediatamente. Então eu vou usar aqui o adesivo do sim à PEC n° 064.

Mas voltando, Deputado Rusch, essa Audiência Pública precisa ser marcada imediatamente, vamos pedir a participação não só das farmácias, mas também dos representantes dos sindicatos. Mas o que é importante salientar, principalmente para quem está acompanhando o meu pronunciamento aqui na Assembleia Legislativa, é que quem está sendo prejudicado, o maior prejudicado desse erro terrível do Governo do Estado nessa minirreforma tributária é o consumidor. Vocês podem notar que a senhora que normalmente fazia compra regular daquele medicamento essencial para a sua família, pode notar que, infelizmente, já não tem mais aqueles descontos. Não existem mais os descontos que antigamente aconteciam. Mas é claro, é simples, o proprietário da farmácia não pode mais dar desconto porque paga o imposto máximo.

Srs. Parlamentares, o que eu deixo registrado neste meu pronunciamento é que a Assembleia Legislativa, por

meio da Comissão de Saúde, deve fazer essa Audiência Pública. Estou requerendo à Presidência e temos que marcar essa Audiência Pública imediatamente. Vamos fazer ajustes, como aconteceu em outros Estados. Acredito que o melhor seria majorar esse imposto de 12% sobre o valor da compra, o que derrubaria, inclusive, os preços dos medicamentos no Estado do Paraná, porque no nosso Estado, infelizmente, hoje temos um dos medicamentos mais caros do País. Isso é básico. Com um imposto assim desta maneira, infelizmente não há outra saída.

Portanto, deixo aqui o meu registro a todos os proprietários de farmácias. Preciso da mobilização, neste momento, para que possamos fazer a correção imediata. A correção tem que vir do Poder Executivo, mas mediante a Audiência Pública, vamos ganhar força, mas não somente das farmácias. Se há problema com relação ao imposto, ao ICMS, à substituição tributária com relação às farmácias, acredito que existem problemas em outros setores.

Deputado Elio Rusch, quero ouvi-lo.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Deputado Marcelo Rangel, ouço com muita atenção vosso pronunciamento. Isso que V. Exa. relata na Sessão de hoje, discutimos no final de 2008 nas Audiências Públicas e aqui no plenário. Nós Deputados de Oposição fizemos o nosso papel, alertamos à sociedade do Paraná aquilo que poderia acontecer com essa minirreforma tributária imposta pelo Governo do Estado. Ele aumentou a alíquota de cinco produtos que são responsáveis por 60% da receita do ICMS do Estado do Paraná e disse que iria receber a alíquota em 95 mil itens, quando na verdade, muitos desses 95 mil itens já estavam com alíquota de 12%, de 7%, estavam bem abaixo daquilo que era pretensão do Governo do Estado.

A questão dos remédios - que V. Exa. traz com muita propriedade - nos manifestamos ainda no ano passado. Fomos procurados por alguns estabelecimentos comerciais que comercializam os medicamentos, ou seja, as farmácias, falamos com a Associação das Farmácias do Estado do Paraná, como V. Exa. está fazendo hoje, com muita propriedade, V. Exa. mostra claramente o que o Governo do Estado fez, o remédio uma vez é tributado na substituição tributária, depois entrou aquele débito e crédito de ICMS, você se credita pelo valor que compra e paga exatamente depois a diferença da compra, e depois de aprovada essa minirreforma tributária, o que o Governo do Estado fez? Ele instituiu, novamente, a substituição tributária, que aumentou sensivelmente o remédio no Estado do Paraná. Quer dizer, isso acontece com outros produtos no nosso Estado também.

Hoje, V. Exa. nos deu uma ideia, Deputada Cida que preside a Sessão de hoje, de começarmos a fazer um levantamento novamente de quais produtos efetivamente tiveram a sua redução e quais não tiveram. Já fizemos isso no ano passado, em abril, mostramos o

que reduziu e o que não reduziu, já mostramos com números e falamos os nomes dos produtos, só não falamos o nome do estabelecimento. Vamos mostrar, agora, com medicamentos, como V. Exa. fez, e mostrar para a sociedade do Paraná quem estava com a razão: se éramos nós Deputados da Oposição ou era o Governo, que meteu goela abaixo essa reforma tributária no Estado do Paraná.

Parabéns a V. Exa.!

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

O exemplo correto vem de Minas Gerais, do Estado de Aécio Neves. Lá eles fazem a cobrança correta, mas o Estado do Paraná, infelizmente, é diferente e está completamente errado.

Para terminar meu discurso, mais uma vez, cobro da Assembleia Legislativa. Mais uma vez, peço para que se coloque em votação imediatamente a PEC nº 064.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Apenas para informar os Deputados Marcelo Rangel, Ney Leprevost, Presidente da Comissão Permanente de Saúde, bem como a Deputada Rosane Ferreira, que se colocaram à disposição para chamar esta Audiência Pública, importante neste momento para tratar a questão que V. Exa. traz hoje a este Plenário.

Ainda no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Aqui no Tribunal de Justiça do Paraná, durante a construção do prédio anexo foram comprados elevadores. E me chamou a atenção que na perícia feita pela Universidade Federal do Paraná e pelo relatório que recebi, feito pelo próprio Tribunal de Justiça, deixa uma grande preocupação. Quando foram comprados os famosos elevadores, o preço cotado por uma empresa chegou a 3 milhões e 400. Depois uma outra empresa cotou a 2 milhões e 300. E essa foi a que venceu. Os elevadores custaram em torno de 392 mil cada um. Enquanto que naquele momento, segundo levantamento desse relatório, os elevadores custavam em torno de R\$ 280 mil cada. Isso dois anos depois. Um elevador que custava em média 280, se pagou 392. Ainda destacado nesse relatório que a placa diz que cabem 26 pessoas no elevador. V. Exa., Deputado Ney Leprevost, que seguidamente vai ao Tribunal de Justiça fazer visita, normal, V. Exa. vai ver que não cabem 26 pessoas naquele elevador.

Então, aqui está uma pergunta e a resposta pode ser dada por qualquer pessoa que queira responder a transparência que o Paraná vive. Por que um elevador custou 392 mil quando deveria custar 280 mil?

Não são palavras minhas, Deputado Péricles, imagine se V. Exa. Prefeito de Ponta Grossa superfaturasse

os elevadores da Prefeitura, o senhor nem estaria aqui. Mas, são coisas que estão acontecendo por aí.

Estou recebendo mais alguns documentos que nos próximos dias quero falar porque esse caso do escândalo dos altos salários nos chama a atenção que alguém sabia e não tomou providências que deveria tomar e quando um agente público comete um erro administrativo, a famosa frase é - o ordenador de despesa deve ser responsabilizado, tira dele, devolva o dinheiro aplicado, tira-se o direito político, não pode se candidatar, perde o mandato se estiver porque não cumpriu com aquilo que todo administrador deveria cumprir - e o que é? Prestar atenção naquilo que está fazendo.

Para alguns serve o exemplo. Para outros o exemplo é engavetado e nada dá.

Estou aguardando o requerimento aprovado por esta Casa que o Tribunal de Contas aprovou, como fez, para que possamos depois acompanhar o que escreveu o jornalista Nascimento, que disse que tinha gente que sabia dos altos salários já há mais de três anos e nada fez.

Mas hoje, também quero aproveitar para falar, Srs. Deputados, esta semana, na próxima sexta-feira o Governador Requião estará em Ponta Grossa inaugurando duas obras excepcionais e de importância para o nosso povo de Ponta Grossa e dos Campos Gerais.

Primeiro ele inaugura o Instituto de Educação. O Instituto de Educação é um dos colégios mais tradicionais da Cidade e durante muitos anos só foi feito remendo, remendo, remendo e ele chegou ao cúmulo de quase cair. Mas depois de um trabalho muito bem feito pelo Estado, na próxima sexta-feira o colégio será reinaugurado e estará atendendo principalmente os jovens.

Lembro bem que no dia da posse, dia 2 de fevereiro de 2007, quando assumimos o mandato de Deputado, eu estava com o Governador Requião, lá no Canguiri, e nós chegamos a brigar naquele dia por causa dessa obra. Fazia tempo que eu vinha cobrando dele que se fizesse a recuperação desse estabelecimento. E naquele dia nós tivemos uma discussão muito feia, porque eu dizia a ele que já devia ter feito a obra e ele dizia que a obra iria acontecer.

Mas, agora, fica o registro de que na sexta-feira a obra vai estar entregue, Deputado Anibelli. Como é bom entregar obras. É bom entregar obras, ainda mais uma obra como essa, uma obra bonita, bem feita e que atende o que quer a população, principalmente os estudantes.

Eu só espero que os que atacaram lá tenham a grandeza de agora pelo menos dizer parabéns, pelo menos parabéns pela obra. Não custa nada.

E também estaremos inaugurando nesta mesma sexta-feira eu acho que um dos lugares mais importantes da Educação dos Campos Gerais, que é o Seminário Verbo Divino, e que essa é uma obra maravilhosa e que quero render minhas homenagens ao nosso querido Enio Verri, que foi peça fundamental lá na Secretaria de Planejamento quando se precisou dos recursos para se comprar aquele seminário. E aquele seminário nasceu numa

daquelas visitas que às vezes eu faço ao Palácio, não é muito, mas quando vou lá e é aquele negócio, mostrei as fotos ao Governador que precisava comprar aquele estabelecimento e o Governador imediatamente achou boa a ideia, demorou um prazo para fazer a compra e hoje temos lá cerca de 11 mil metros construídos, um dos seminários mais bonitos do País e a partir de sexta-feira vai dar lugar a um dos maiores investimentos da Educação no Estado do Paraná e ficamos muito felizes por isso, que nós trabalhamos, lutamos, ao lado do Pessuti, junto com nosso querido Secretário Verri, e também quero agradecer aqui ao nosso Diretor Geral da Secretaria, que é o ponta-grossense Dr. Nestor Bueno, que foi camarada, quando eu falei para ele da importância ele correu também atrás dos recursos e na sexta-feira vamos entregar mais uma obra, são duas obras importantes para a Educação. Sem contar que se andar em todas as escolas do Estado você vê quadras cobertas, escolas reformadas, então se vê que muita coisa boa aconteceu neste período. São obras importantes que haverão de deixar a Cidade, a Educação cada vez melhor.

E nos próximos dias vamos entregar a “casinha de boneca”, vem aí o “cemitério”, vem aí o “perfume”, em breve vamos entregar o hospital regional. Tantas vezes eu ouvi aquela gozação, aquela risada, aquela palhaçada! Quantas vezes ouvi, em 2006, na campanha, o riso: “É uma casinha de boneca, não vai sair, esse é o hospital regional que não vai sair; que é papo furado; só falta o perfume do hospital”. Estará lá o perfume, vai estar presente a partir do dia da inauguração da obra, um hospital de cinco andares, que nenhum político ousou fazer em Ponta Grossa, ao longo da sua história política e administrativa. Um hospital que não vai ser o salvador da pátria, mas vai ajudar muito a resolver muitos problemas! E quantas vezes eu ouvi o canto daquela sereia: a “casinha de boneca”. Eu tenho a gravação, até pedi ao Governador que no dia da inauguração eu não vou falar, não vou discursar, quero levar a gravação da “casinha de boneca”, a gravação do “cemitério”, vou levar o gravadorzinho, velho cassete de guerra, e o meu discurso vai ser dos que falaram, os chamados a “quadrilha do Pinóquio”. O que é quadrilha do Pinóquio? É a quadrilha que mente! Para mim, quem fala mal de obras como essa faz parte de uma quadrilha de Pinóquios!”

Agora, no fim do mês estaremos lá inaugurando a “casinha de boneca”, e se Deus quiser haverá de salvar a vida até daqueles que criticaram a obra!

Mas o mundo é de todo mundo, todos têm o direito de falar, eu por exemplo, agora estou apostando na grande obra que é o aeroporto internacional de Tibagi. Eu apostei aqui, assinei como Deputado, vem aí 10 mil empregos diretos, já pensaram que coisa maravilhosa! Eu já estou recebendo currículos lá na Garagem os currículos do povo que quer saber onde vai trabalhar. Hoje me apareceu até um negrinho lá, um jovem que mora num bairro, no Parque N. Sra. das Graças, ele toma umas e veio cedo com o currículo feito a mão e queria saber onde

entregava. Eu não sei, disse ele: “Quero trabalhar no setor de querosene.” Mas enfim estamos aguardando a maior obra da história do mundo, vem aí o nosso Aeroporto Internacional dos Campos Gerais, 10 mil empregos diretos, 100 mil empregos indiretos a revolução do emprego na história do Paraná seguindo a “quadrilha de Pinóquios”. Viva o Hospital Regional, o Instituto, o Verbo Divino e esse nosso aeroporto que vai acabar com o desemprego.

Muito Obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

No horário da Liderança do PDT concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Martins.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Interessante, nesses dias está acontecendo tudo, só não vamos esquecer de combinar com o povo.

(Lê):

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Partido Democrático Trabalhista (PDT) do Paraná foi o primeiro partido a definir pré-candidatura para o Governo do Estado. Este é um fato consumado que está resolvido internamente, desde as eleições de 2006, que produziu resultado histórico e ficou na memória do povo paranaense. Vivemos momento de especulações e nesta época muita gente fala em alianças, inverte os papéis e descarta o que é mais importante: o compromisso com a verdade, a palavra empenhada. O PDT valoriza a palavra e o compromisso. O PDT não compactua com renúncia.

Valorizamos a democracia e respeitamos a vontade dos outros partidos em também lançar candidatura. Acima de tudo está o futuro do nosso Estado e não a vaidade de alguns políticos. Por isso estamos na estrada com o Projeto Paraná. Isto há mais de um ano. Estamos percorrendo o Estado com um projeto inédito porque temos a responsabilidade em defender o desenvolvimento para o Paraná. Um projeto de verdade que será base de uma verdadeira aliança. Uma aliança baseada no compromisso e não na promessa. Uma aliança pelo desenvolvimento e não aquela de quem dá a palavra e depois afirma que ela não vale nada.

O PDT está aberto às alianças, sob a firme liderança do Senador Osmar Dias. Aberto a quem tem compromisso com o Paraná. Que sejam bem-vindos nesta caminhada aqueles que valorizam a palavra, o compromisso e o melhor para o nosso Estado e o nosso povo.”

Respeito muito as pessoas, o ser humano. Respeito o Deputado Afonso Camargo de uma longa histórica

política, Deputado Pugliesi. Mas, me parece que - Deputado Afonso Camargo, V. Exa. não foi feliz na sua colocação em relação à situação do Senador Osmar Dias. Não foi feliz. Não é por aí que vamos construir um Estado e é por isso que fazemos a pergunta: qual é o Paraná que nós queremos? Qual é o Paraná que queremos e desejamos?

É claro que a imprensa pergunta: “Há possibilidade ainda de uma aliança com o PSDB, como está a aliança com o PT?” As conversas continuam. Eu, como ser humano, tenho vários defeitos, várias fraquezas, só não tenho um defeito e aqueles que conhecem a minha história sabem: não sou desleal. Quando assumi um compromisso eu cumpro, a não ser que eu seja liberado. Sempre foi assim e não me arrependo.

Agora, estão enganados aqueles que acham e muitas vezes até mesmo este Deputado que está falando, muitas vezes sou provocado. Enganam-se aqueles que acham que vou denegrir a imagem do Beto Richa, de forma nenhuma, não contem comigo nessa tarefa. Não vou participar disso e o PDT não vai participar disso também, porque esse não é o pensamento do Senador Osmar Dias. É claro que até ontem estávamos todos juntos e agora estamos separados, a quem interessa isso? Essa é uma pergunta que o povo começa a fazer e tenho dito que a impressão que tenho é que estão esquecendo de combinar com o povo, o povo tem memória pequena, e coloca memória nisso. E se o povo não tem, temos a obrigação e a responsabilidade de provocar. Nós temos, fomos eleitos para isso. Agora, onde vamos chegar, não sei! Acho que neste momento os interesses que valem são os interesses do Paraná.

O que vai acontecer? Não sei!

Alguém da imprensa me perguntou se não tínhamos vergonha de estarmos no palanque do PT. Por que ter vergonha de estar no palanque do PT? Não temos vergonha nenhuma! Não temos vergonha! Por quê? Então vamos passar a limpo a todos! Ou este mundo está cheio de santinho, de gente pura, são todos puros? Será? É preciso começar a refletir em cima disso. Por quê? Se o PT estivesse tão mal não teria eleito e reeleito o Presidente Lula. E hoje quem é que se atreve a falar mal do Presidente Lula? Por que envergonha? Então, porque tem uma Bancada do PT aqui na Assembleia não vou participar do Plenário porque tem os Deputados do PT aqui. Eles foram eleitos democraticamente, livremente, têm direito, sim, de defender suas ideias.

Tenho dito aqui sempre, e já disse para ele, quando o Deputado Waldyr Pugliesi vai para a tribuna onde estou, presto atenção, gosto de ouvir o Deputado Waldyr Pugliesi. Posso não concordar com nada, ou concordar com tudo, mas sabe por quê? Ele é coerente, nunca vi o Deputado Waldyr Pugliesi aqui, nunca presenciei nos seus discursos ele atingir pessoalmente qualquer um de nós aqui. É preciso respeitar. Agora querem rotular daqui, rotular dali. Eu não estou aqui para rotular ninguém! Estamos aqui para somar. Esse é o pensamento do Senador Osmar Dias. Vamos para a luta, vamos para a campa-

nha. Quantos candidatos? Quantos mais, melhor! É assim que é a democracia, é assim que ela deve continuar.

Onde vou o povo me pergunta: mas por que se vocês estavam juntos até ontem? Agora separou por quê? O meu receio é só se for uma separação litigiosa. Porque quem é casal e separou amigavelmente é legal, agora quando é litigioso você não sabe.

Então, vamos ter muito cuidado com aquilo que falamos. Não podemos provocar nossos companheiros. Vi nas colocações do Deputado Afonso Camargo um certo menosprezo ao Osmar, e não fui só eu que senti: “Se ele quiser ele que venha nos apoiar, a porteira está aberta”. Espera um pouquinho, é preciso o mínimo de respeito pelo ser humano que é o Osmar Dias. Porque tudo que o Osmar Dias fez até hoje ele fez bem feito. Ele tem o jeitão dele, cada um tem seu jeito e o povo que vai julgar! Agora, menosprezar não!

Sei que o Deputado Afonso Camargo não fez isso por maldade não, eu o conheço. Saiu! Será que saiu também? Mas é um certo menosprezo a uma história tão bonita que o povo do Paraná reconhece tanto, a história do Senador Osmar Dias. Uma história de luta, lutou sempre pela democratização, pela liberdade. Enfim, nos momentos difíceis foi sempre um líder respeitado, trabalhador. Agora, no Carnaval, o Senador Osmar Dias estava em cima de um trator trabalhando lá em Goioerê, sabia? Estava lá em cima de um trator trabalhando, pilotando o trator, ele está fazendo uma experiência num plantio que é muito interessante. Parece-me que são 100 hectares, isso virá à tona depois, é uma experiência que está sendo feita em Goioerê. Ele não esqueceu e não vai esquecer as suas raízes. Infeliz do homem que esquece suas raízes.

Então, vamos tomar muito cuidado com aquilo que falamos, porque uma palavra pode destruir, como pode unir. E este momento é muito, mas muito delicado mesmo.

Sr. Presidente, muito obrigado pela sua paciência.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Deputado Luiz Carlos Martins, a próxima campanha será de alto nível, todos estão muito bem preparados e será um orgulho para o Paraná esse debate na próxima campanha.

Concedemos a palavra, no horário destinado à Liderança do PT, ao Deputado Péricles de Mello.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Amanhã Ponta Grossa viverá um momento muito importante ao lado do Governador Roberto Requião, que fará mais uma visita à Cidade para inaugurar duas obras extraordinárias. O Deputado Jocelito Canto já fez menção aqui nesta tribuna.

O Governador inaugura, às 16h30, o Instituto de Educação, que é uma das maiores escolas de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais, uma escola com 2 mil alunos, que apresentou uma série de dificuldades do ponto de vista da legalidade. É interessante, quando inauguramos uma obra que passou por este percalço, percebemos claramente que o tempo é o senhor da razão.

Eu, como Deputado de sustentação ao Governo, sofri muito desgaste, a construção dessa obra foi demorada, porque o Governador é muito rígido nas questões da legalidade. Ele acabou desautorizando duas licitações. Essa obra é objeto da terceira licitação, por irregularidades. Então, isso desgastou muito. Mas hoje essa obra está concluída, bonita, estamos todos contentes. E o Governador, tranquilo, porque agiu dentro da mais estrita legalidade. Estamos comemorando a inauguração dessa grande obra para Ponta Grossa, uma obra que na primeira etapa custou R\$ 1,5 milhões e na segunda etapa, R\$ 3,4 milhões. Reforma completa.

Inclusive o Núcleo Regional de Educação, minha irmã é chefe do Núcleo, também teve uma mudança agora. Uma escola que era municipal quando fui Prefeito. Nós resgatamos essa escola, fizemos uma reforma e voltou para o Estado.

E às 17h estaremos inaugurando, junto com o Governador, o Centro de Estudos Profissionalizantes, uma obra de extraordinária importância. Também teve meu apoio. Tinha no começo uma pequena divergência, porque minha ideia era que uma obra deste tipo fosse feita na Indústria Wagner, que era meu sonho como Prefeito, se eu tivesse sido reeleito. Fiz proposta na campanha, construir lá a Universidade Popular de Ponta Grossa.

Mas, o Deputado Jocelito Canto colocou a questão do Verbo Divino, que eu também conheço, concordei com ele, comecei a apoiar essa ideia. Estaremos inaugurando amanhã. E o Prefeito de Ponta Grossa acabou comprando as Indústrias Wagner para fazer uma série de obras. A Wagner foi demolida, preservada apenas a chaminé. Quando eu era Prefeito tinha feito um pré-tombamento daquela indústria, que é uma referência na história de Ponta Grossa, próxima dos antigos trilhos da estrada de ferro. Mas, são visões diferenciadas. A Wagner foi demolida, para nossa tristeza, mas serão feitas também obras importantes lá. E o Centro de Estudos Profissionalizantes será inaugurado no prédio do Seminário Verbo Divino. Estamos muito satisfeitos. O povo de Ponta Grossa também, com certeza.

Além disso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, há uma série de outras obras, praticamente todas as escolas estaduais do Paraná localizadas em Ponta Grossa e em outras Cidades foram contempladas com reformas, grandes ou pequenas, construção de quadras poliesportivas, pelas quais tinha debatido muito e estou feliz. Queria citar uma quadra, em especial, que é da Escola Estadual Eugênio Malanski, da periferia mais distante de Ponta Grossa, uma escola muito carente. O Núcleo Porto Borretto, Vila Néri, Castanheira. Visitei no final do ano pas-

sado essa escola e o principal pleito da comunidade era a construção de uma quadra coberta. E essa quadra foi liberada. Foi liberada também uma quadra na Escola Nossa Senhora da Glória, na Escola Estadual Padre Pedro, na Escola Arnaldo Jansei, na Vila do Tarobá, no Uvaranas, e também na Escola Estadual Monteiro Lobato. Além de uma série de reformas que estamos, sem dúvida, parabenizando o Governador. Fez uma grande gestão da Educação.

Tínhamos os prédios da Educação, nas escolas, numa situação de degradação há muito, muito tempo.

E nesses sete anos do Governador Requião houve um verdadeiro renascimento da escola pública no Paraná, não só no sentido de obras físicas, mas também de distribuição de ônibus, computadores, televisões, pen drives e a melhoria das condições dos professores.

Embora tenha muito a avançar, sem dúvida foi recuperada uma grande porcentagem da defasagem salarial, sem falarmos no Plano de Desenvolvimento Educacional.

São muitas coisas que merecem elogios e a Cidade estará comemorando com muita alegria, tanto que o coroamento dessa série de inaugurações será à noite, na Câmara Municipal, onde o Governador vai receber o título de Cidadão Honorário de Ponta Grossa. Nós pontagrossenses sabemos o quanto a Cidade de Ponta Grossa tem revelado o momento por que passa o Brasil e o Paraná. Nunca talvez na história da nossa Cidade houve tantos investimentos do Governo Estadual e do Governo Federal.

Então, amanhã estaremos todos em festa, comemorando junto com o Governador essas obras tão importantes para a nossa comunidade. Nós damos os parabéns ao Governo do Estado!

Sr. Presidente e Srs. Deputados, estive, acompanhado pelos Deputados Elton Welter, Enio e Deputada Luciana Rafagnin, em Brasília na semana passada, desde quinta-feira até domingo, onde tivemos o Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, uma festa muito bonita, e o lançamento de nossa pré-candidata à Presidência do Brasil, a companheira Dilma Rousseff. Na quinta-feira tivemos o lançamento do congresso e foi impressionante, o discurso mais bonito foi do nosso Vice-Presidente, José Alencar. Comentava com o Deputado Pastor Edson, que é nosso aliado nas eleições e pertence ao Partido do Vice-Presidente, que ele é uma figura humana excepcional. Ele fez um discurso de improviso, que demorou entre seis e 10 minutos, que encantou a plateia, basicamente formada por militantes do PT de todo o Brasil. Ele foi aplaudido de forma entusiástica pela nossa militância, falando não só do Governo Lula.

É interessante que o Partido dos Trabalhadores deu um título ao José Alencar de filiado honorário e ele falou que nem sabia que existia filiado honorário. Perguntei qual era a diferença entre filiado honorário e filiado efetivo. Ele disse que os dirigentes partidários disseram: “Vice-Presidente José Alencar, o filiado comum tem um

voto e o honorário tem dois votos.” E ele mostrou também a primeira vez que conversou com o Lula, quando o Lula foi com o José Dirceu e outros companheiros convidá-lo a ser Vice-Presidente e os motivos que o levaram a aceitar. Foi um momento extraordinário no nosso congresso.

Um outro momento extraordinário foi a fala do Presidente Lula, apresentando a candidatura da companheira Dilma e os motivos que levaram primeiro o Presidente a escolher Dilma como Ministra das Minas e Energia e depois a ideia lançada ao partido de indicar Dilma como candidata à sucessão do Presidente Lula. A Dilma é uma mulher que tem um perfil de classe média, com os seus problemas e dramas, e que lutou contra o regime militar com muita dignidade a favor da democracia. Também fiz isso, não participei de luta armada, mas o momento em que entrei no movimento estudantil era outro, foi em 1976/1977, das grandes passeatas em São Paulo, que encantaram o Brasil. Ela mostrou essa dignidade da luta contra o autoritarismo e lembrou de alguns colegas que já não estão aqui.

O Presidente Lula apresentou toda a trajetória da Dilma e acho que os militantes do PT estão mais convencidos de que essa é a indicação correta, e mais do que isso, temos cada vez mais uma certeza muito forte de que a Dilma será a nova Presidente do Brasil.

Há um movimento acontecendo no seio do povo. As pessoas sentem que o Brasil mudou, que o País tem estabilidade e também crescimento com distribuição de renda. O povo brasileiro sente que este Governo é a sua própria síntese, é o Governo que melhor representa a mistura social do povo brasileiro, o que o povo brasileiro efetivamente é. Um Governo que distribui renda, que dá oportunidade até mesmo às pessoas mais simples de sentirem-se cidadãs, agindo para transformar a história do seu País.

Concedo um aparte ao Deputado Elton Welter.

O Sr. Elton Welter (PT)

Bem rapidinho e dentro do seu raciocínio. O trabalhador que presta diária, ele faz a seguinte conta: em 2003, quando foi o primeiro ano do Governo Lula, o trabalhador ganhava pela sua diária R\$ 10, e com esses R\$ 10 comprava apenas um pacote de arroz de cinco quilos. Agora a diária dele chega em torno de 25 a R\$ 30, dá para comprar o arroz, o feijão, o óleo, um quilo de carne e sobra troco para fazer outras coisas. Então essa é a grande diferença, o trabalhador fez essa conta, o cidadão comum percebeu a grande diferença que é essa política implementada pelo Governo Lula.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Obrigado, Deputado Welter.

Então, acho que é o movimento que nasce no seio do povo, pretendendo garantir a continuidade de um Governo que está mudando o Brasil, construindo um modelo econômico, com estabilidade econômica, melho-

ria das condições dos pequenos agricultores, aumento real do mínimo a cada ano de forma permanente, crescimento econômico, crédito subsidiado, programas sociais, desde as cisternas no Nordeste, recursos do PRONAF, recurso para o benefício continuado, casas populares, o Programa Minha Casa, Minha Vida, com 1 milhão de casas populares, que ninguém acreditava e está efetivamente acontecendo, saneamento básico, obras de infraestrutura. Então por tudo isso estamos muito satisfeitos.

Não tenho tempo mais para continuar o meu discurso. Continuarei em outra oportunidade. Mas o próprio partido, tenho certeza que aumentará a sua bancada a nível de Estado e a nível da União, Deputados Federais e Senadores, e teremos grandes chances também de um palanque forte para continuar governando o Paraná, um Governo de Esquerda e progressista.

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Edson Praczyk com a palavra.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores, telespectadores.

O que me traz à tribuna nesta tarde são dois assuntos. O primeiro, em visita recente à região de Cornélio Procópio, Santo Antônio da Platina, Bandeirantes, região do Norte Pioneiro do Estado, visitando lideranças, companheiros do Partido Republicano Brasileiro, e especial visitei o Vereador Emerson, recordista em votos da Cidade de Cornélio, e ele me fez um apelo que acredito que seja o clamor da sociedade que ele representa, Deputada Rosane Ferreira, da carência de uma atenção diferenciada ao quesito Segurança na Cidade de Cornélio Procópio. Não me recordo com precisão o número de assassinatos ocorridos do dia 1º de janeiro até domingo passado, não me recordo se nove, 19, 29 assassinatos na Cidade de Cornélio Procópio. Independente do número exato, muito acima da normalidade para uma Cidade do porte de Cornélio Procópio.

A reivindicação do Vereador Emerson foi tão profunda que mexeu com todos nós que estávamos presentes em uma reunião do nosso partido, do nosso grupo político da região. Me incomodou tanto o apelo do Vereador que fez-me pesquisar, ou dar mais atenção a esse tema, e eu pude chegar à triste conclusão de que não apenas Cornélio Procópio, não apenas a região do Norte Pioneiro do nosso Estado, mas o Estado em si necessita de mudanças emergenciais, a maneira política que é conduzida a Segurança do nosso Estado. Palavras do Vereador Emerson, do Vereador filho do nosso ilustre amigo Deputado Hermes Fonseca, Parlamentar desta Casa por dois mandatos, de que não basta se fazer uma política de Segurança que

não preveja uma prevenção eficiente. Porque depois de ocorridas as tragédias, os assassinatos, pouco importa enviar policiamento, viaturas, reforços policial, ou seja lá o que for.

Eu, a pedido desse representante do povo de Cornélio Procópio, e porque não dizer de todos que conclamaram, solicitando que eu ocupasse a tribuna para fazer esse protesto a fim de que nossa voz ecoasse até ao Palácio do Governo, até a Secretaria da Segurança e se revisse a política preventiva no quesito Segurança, porque ela está notoriamente precária. Tenho dados aqui, por exemplo, de janeiro até a presente data, janeiro foi o mês com maior número de casos de assassinatos em Curitiba e Região Metropolitana. E o mesmo se repete lá na região de Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, por todo Estado. Diz que 197 crimes, foram cometidos com armas de fogo, arma branca e por agressão, que haviam sido registrados, segundo o IML aqui de Curitiba. Bem acima da média registrada nos dois anos passados. E aqui traz todo um perfil confirmando o aumento desse tipo de crime, desse tipo de situação tão periclitante que paira em nosso Estado.

Então, cumprindo o papel de Parlamentar, e também representante dessa região, porque faço votos naquela região, subo a esta tribuna no afã de reforçar o conclave de tantos outros Parlamentares que já ocuparam esta tribuna fazendo as mesmas reivindicações. Esse era o primeiro assunto.

O segundo assunto, Deputado Luiz Claudio Romanelli, nobre representante do Governo do Estado nesta Casa de Leis, tenho ao mesmo tempo um requerimento que peço a V. Exa. que aprecie com muito carinho e permita que a bancada de sustentação do Governo, ao mesmo tempo desse requerimento tenho uma denúncia a fazer. Em visita ao Parque de Ciência Newton Freire Mayer, aqui no Parque Castelo Branco, eis que nos galpões que, num passado bem recente, ficaram armazenados os famigerados televisores cor de laranja, e que fui lá contar os equipamentos para ver se coincidiam com o afirmado pelo Governo, este Parlamentar encontrou por volta de 600 freezers, Deputado Romanelli, com certeza V. Exa. não faz ideia da existência deles, me parece que nem o Governo se lembra deles. Eles foram adquiridos, segundo até fotos que fiz questão de tirar, no ano de 2008. Portanto, todos eles perderam a garantia. Foram comprados com erário, obviamente por causa de uma demanda, e infelizmente não chegaram a seu destino, não sei se às escolas, não sei se outros departamentos.

Estão aqui as fotos, um tanto veladas, porque havia pouca luminosidade, mas em torno de 500, 600 freezers, Deputado Belinati. É um absurdo em se tratando que aqui foram investidos recursos dos contribuintes, Deputada Luciana Rafagnin.

Outro absurdo, também, além de não terem chegado ao destino e todos já não terem mais garantia, é que consta que naquele índice de consumo de energia elétrica que os aparelhos, de um determinado tempo para cá, vêm

com um gráfico, categoria A, B, C, não sei quem adquiriu esses freezers, suspeito que tenha sido a Secretaria da Educação, todos são da categoria C. Portanto, Deputada Beti, a categoria não apropriada para se economizar energia elétrica.

Dessa forma, além de terem comprado uma infinidade de freezers, não terem distribuído, diferente dos ônibus escolares, Deputado Belinati, que se alegou que tinha toda uma instrução do condutor que iria dirigir os ônibus, seguro, emplacamento, etc e tal, eu desacredito que os freezers precisem ficar ali armazenados até expirar o prazo de validade, porque quem vai manusear o freezer não precisa de curso especial ou de algum seguro especial. Eu desacredito, salvo melhor juízo. Então, estão aqui as especificações deles. Está aqui a especificação da etiqueta do freezer: H300 da Electrolux, que eu já fiz a pesquisa, o custo dos mesmos gira em torno de 1 mil até R\$ 1 mil e 300.

O seu dinheiro, contribuinte, foi literalmente jogado no ralo, porque se esses freezers chegarem ao seu destino e apresentarem qualquer tipo de defeito, a quem reclamar? Então, por causa disso, Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, faço um requerimento com os seguintes questionamentos: quantos aparelhos congeladores encontram-se armazenados no referido local? Os referidos aparelhos congeladores ou freezers são novos ou usados? Embora eu saiba que são novos, mas tem que constar. Se forem novos, qual a data da compra e qual a data de garantia dos referidos? Quem solicitou a compra dos referidos aparelhos? Porque agora eu quero ver quem é o pai da criança, porque comprados foram. O dinheiro público foi usado. Quem será o responsável? Eis a questão. Qual o custo total da aquisição dos referidos aparelhos? E qual será a destinação final dos mesmos? Será que ainda neste mandato, que já está por se concluir, serão destinados para algum lugar esses aparelhos?

Então, o requerimento ou envio de pedido de informações é encaminhado à Secretaria da Educação. É o registro que eu faço, fazendo aquilo que também é dever de todo Parlamentar, de todo Legislativo Estadual, que além de criar leis deve fiscalizar e cobrar o Governo. Portanto, estamos no calcanhar deste Governo para saber se estão usando corretamente o imposto, o erário do povo paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado a V. Exa.!

Antes de anunciar o próximo orador inscrito, quero saudar aqui a presença do Vereador Pinóquio, de Dois Vizinhos, e do Prefeito Zezinho Ramuski que honrosamente assiste a nossa Sessão. Obrigado pela presença! Por solicitação do eminente Deputado Luiz Fernandes Litro.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Nobre Deputado Augustinho Zucchi, em 1963, eu ainda muito garoto, fui aprovado para ser o apresentador do primeiro telejornal de uma estação de TV do interior do Brasil, a Televisão Coroados de Londrina. Naquele tempo filiada à Rede Tupi de Televisão.

Evidentemente que ao tempo da inauguração dessa primeira estação de TV do interior, não havia vídeotape, comercial era feito ao vivo.

Amanhã, esta mesma televisão, queremos prestar uma homenagem ao Guilherme Cunha Pereira, à Maria Amélia Filizola, porque amanhã a RPC TV vai implantar na nossa Cidade, com a presença do Ministro Hélio Costa, a TV Digital na TV Coroados. Então, nesta Casa de Leis, uma grande parte de Londrina acompanhando a transmissão, queremos homenagear esta evolução que vem ao encontro desta expectativa de ter imagem de primeiro mundo, som de primeiro mundo, naquela TV que é a pioneira no interior do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Embora não seja uma questão de ordem, solicito a V. Exa., dar uma sugestão: V. Exa. faça um requerimento, que o assunto é tão importante que merece a aprovação de todos os nossos Pares aqui em homenagem à nossa querida RPC. Muito obrigado.

Deputado Luiz Claudio Romanelli com a palavra.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Presidente Augustinho Zucchi, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Deputado Enio Verri, venho à tribuna para reconhecer que, em primeiro lugar, o Governador Requião não faltou com a verdade no dia de ontem; em segundo lugar, certamente o Ministro Paulo Bernardo foi induzido a erro e vou dizer o porquê. Ontem, o Governador Requião disse que a obra necessária para superar um dos gargalos do setor ferroviário é a construção de um novo ramal ferroviário, ligando Guarapuava ao Município de Ipiranga. E que o custo é de 150 milhões. Os documentos que estão publicados no site do Governo, o www.pr.gov.br, demonstram cabalmente que o Governo Federal, o Ministério do Planejamento, o BNDES e a própria ALL, que é a concessionária das ferrovias, que eram de propriedades da rede federal, como comunicou à Comissão de Valores Imobiliários em 2008, disse lá: o ramal ferroviário Ipiranga - Guarapuava está orçado em 220 milhões.

Aqui estão todos os documentos, de forma bem sintética, que demonstra, o documento que a AL faz, informações anuais à Comissão de Valores Imobiliários e também o próprio Ministério do Planejamento, que estimava a obra inclusive até num valor um pouco mais baixo - a fonte inclusive está no site www.planeja-

mento.gov.br - antes estimava esse custo em R\$ 200 milhões.

Estou dizendo isso porque indiscutivelmente sabemos, o Ministro Paulo Bernardo, claro, não é um especialista em ferrovias, não sabe quanto custa o quilômetro de uma ferrovia e nem eu. E penso que talvez aqui, com exceção do Deputado Traiano que foi Diretor da FERROESTE, muito provavelmente ninguém sabe também quanto custa um quilômetro de ferrovia nova para ser realizado.

Agora, o tema que o Governador Requião disse, que era justamente a presença neste encontro de um assessor à época da Casa Civil e hoje Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, o Sr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, mais conhecido como Bernardo Figueiredo, é quem fez a proposta de fazer uma PPP, Deputado Elio Rusch. Como seria essa Parceria Público-Privada? A ALL, ao invés de pagar para o poder concedente, que é o Governo Federal, pagar os 52 milhões por ano que ela tem que pagar pelo uso de toda estrutura da Rede Ferroviária Federal, pagaria o financiamento de uma obra que fosse realizada pela Construtora Andrade Gutierrez.

E essa obra, a diferença justamente da discussão toda, da PPP e dessas equações, está justamente no quê? Que a afirmação, inclusive da própria nota do Ministro Paulo Bernardo, é que a alternativa proposta pelo assessor da Casa Civil e hoje Diretor Geral, Bernardo Figueiredo, que apresentou a proposta, era de R\$ 500 milhões, no que o Governador disse que era muito alta, que os valores que ele tinha de referência eram outros valores, e mais, que o Governo do Estado, inclusive, tem uma outra, tinha e tem ainda, aliás, desenvolveu com o Governo Federal uma outra alternativa de um outro trecho mais longo, que justamente liga Guarapuava até próximo da Cidade da Lapa, é quase que o dobro da quilometragem em termos de ferrovia.

Por que estou dizendo isso? Estou aqui para ficar criando um antagonismo falso em relação a esse tema? Eu só quero dizer, registrar que o Governador Requião, quando fez essas afirmações na Escola de Governo, fez amparado em documentos. E eu vou repetir, entendo que o Ministro de Estado, e segundo ele a pedido do Presidente Lula, acompanhado de alguém que certamente é um especialista, um perito no setor, tanto que ele veio a ser nomeado Presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres. A única coincidência, por óbvio, estranha, é que justamente ele, o Sr. Bernardo Figueiredo, foi que assinou como sócio da Interférrea (sic), o contrato de concessão da Ferrovia Sul/Atlântico, que é a que, de fato, venceu o procedimento licitatório para se transformar depois na ALL. Essa a única, ele obviamente um executivo, era Diretor Executivo de uma Associação Nacional de Transportadores Ferroviários, saiu desse cargo de Diretor Executivo para ser Diretor da Agência Nacio-

nal de Transportes Terrestres, antes de ter sido assessor.

Eu digo isso por quê? É para confundir, para misturar? Não. Todos me conhecem. Não é o meu estilo. Só estou dizendo que esta obra é muito importante para o Estado do Paraná. Agora, não dá para dizer, em primeiro lugar, que o Governador faltou com a verdade. Em segundo lugar, não dá para também colocar o Ministro Paulo Bernardo numa vala comum. Entendo que ele, obviamente, não atende de custo de transporte ferroviário, muito menos do custo da construção de um quilômetro de ferrovia.

Então, entendo que o tema é complexo, os documentos estão à disposição de todos que se interessarem, está no site do Governo, está bem documentado, é só ler, os documentos estão todos detalhados e obviamente melhores explicações ainda podem ser dadas sobre os temas.

Agora, ontem assumi o compromisso aqui, depois de ter ouvido o discurso veemente do Deputado Enio Verri, que representava aqui o Ministro Paulo Bernardo, assumi o compromisso que iria atrás e buscaria essas informações. Os documentos estão aqui, à disposição desta Casa, são documentos públicos e o tema, me parece, tem que ser tratado num elevado nível e ao mesmo tempo entendo que, no mínimo, o Ministro Paulo Bernardo foi induzido a erro pelo assessor Bernardes Figueiredo, até porque ele era justamente egresso do setor privado, enfim, era alguém que tinha diretamente interesse. Ele que fez a aquisição da concessão da ALL, depois virou, obviamente passou para o outro lado do balcão e foi cuidar da lojinha.

Deputado Enio Verri com o aparte.

O Sr. Enio Verri (PT)

Quero agradecer a oportunidade do aparte e dizer que com a sua explicação, a tentativa de deixar isso mais claro, acho importante essa tentativa, isso faz parte do campo do debate, mas ficam duas questões ainda: 150, 220, 500 ou 550, não resolvemos ainda, estamos discutindo divergências de valores. O Governador diz 150, a nota oficial do Ministro diz 500 e V. Exa. apresenta um documento dizendo 220, permanecendo, portanto, algum problema de números. Segundo: a nota do Ministro observa que o Secretário dos Transportes, Rogério Tizzot, foi acionado e confirmou o valor dos 500 milhões.

Então, me parece que continuamos, os dois lados, com o mesmo problema. Apenas parece que diminuimos a diferença quantitativa e que o problema não é a diferença quantitativa, a questão não é de números, é de tentarmos solucionar o que talvez seja um equívoco de comunicação, prefiro entender assim, desses números: 150, 220, 500, 550 e onde entra, na declaração do Ministro, o Secretário dos Transportes que afirmou que era 500.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Enio Verri.

O Secretário dos Transportes nega ter dado essa informação, falou da opção da outra variante que seria, de fato, a construção de trecho que é o dobro, 220 quilômetros de ferrovia.

Eu entendo o seguinte: os documentos são públicos, especificamente no trecho de Ipiranga a Guarapuava, e entendo que o Ministro, com certeza, foi induzido a erro, porque os documentos são do próprio Ministério. Se ele acessasse o Ministério teria os dados de R\$ 200 milhões e do próprio BNDES, que está vinculando ao Ministério. São dados oficiais.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: Deputado Pastor Praczyk, quando aconteceram os episódios em Cornélio Procópio fui a Cornélio Procópio como Deputado do Município, chamei à responsabilidade com a Polícia Civil, com a Polícia Militar, trocamos o delegado, o Comandante da Polícia Militar do interior atuou fortemente e desvendamos todos os casos. Todos os que cometeram assassinatos estão presos. O Poder Judiciário funcionou, o Ministério Público, e a paz retornou ao Município de Cornélio Procópio. Se cada Deputado pudesse reproduzir, certamente diminuiríamos. É só fazer o Estado funcionar e, diga-se de passagem, funcionou direitinho.

O Secretário da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, agiu com muita prontidão para solucionar o problema, equipes do COPE, delegado novo, Polícia renovada, motivada, a resposta foi dada e o povo de Cornélio Procópio está hoje muito mais tranquilo. Agimos muito rapidamente e a solução foi dada. É claro que os adversários políticos têm que torcer para que as coisas deem errado, mas isso faz parte do processo democrático.

Concedo o aparte a V. Exa.

O Sr. Pastor Edson Praczyk (PRB)

Estou fazendo o reclame, porque na ocasião me disseram exatamente isso, que houve a massificação de policiais, mas ainda muitos dos casos não estão sendo resolvidos. Com a informação de V. Exa. vou confrontar até chegarmos num mesmo denominador comum.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Presidente, agradeço a tolerância de V. Exa. Penso que tivemos os shows, tivemos o Carnaval e tudo aconteceu tranquilamente na Cidade de Cornélio Procópio. E a Cidade é efetivamente segura e tranquila para as pessoas poderem viver. E bandido lá não tem vez, não.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Douglas Fabrício, no horário da Liderança da Oposição.

Liderança da Oposição: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Todos sabem aqui, tem Deputados bastante experientes, com muitos anos de mandato, mas tenho aprendido alguma coisa no processo político, já faz tempo que eu participo, embora seja o primeiro mandato.

Ao ouvir agora há pouco o Deputado Péricles, quem ouve o Deputado Péricles imagina que com a Presidência da República do Lula aqui é melhor do que o Céu. E não é verdade. Temos que esclarecer as coisas aqui.

Num levantamento que fizemos com relação a alguns pontos do Governo Lula, uns bons e outros não tão bons. Queria comentar algumas coisas. Foi falado ali do grande evento promovido pelo PT no lançamento da pré-candidatura da Ministra Dilma. Bastante gente. Claro que é bastante gente, mas ouvi notícias pela imprensa de que custou R\$ 6 milhões e meio aquele evento, para reunir aquele povo todo e para bater palmas para o Lula e para a pré-candidata à presidência. Seis milhões e meio, ouvi pela imprensa. Sei lá se custou tudo isso ou não, mas se a imprensa está falando eu tenho que acreditar, para fazer uma reunião. E isso só é o começo.

A pessoa do Presidente eu respeito muito, já votei no Lula no primeiro mandato, fomos aliados, o PPS era aliado. A pessoa do Presidente Lula é carismática, temos que reconhecer, é um político que veio da pobreza, uma pessoa humilde, que fala exatamente como o povo gosta de ouvir e compreende. Agora, se for pegar ação de Governo, o Fome Zero, alguém ouve falar de fome zero? Será que acabou a fome do povo? Não acabou, tem gente passando fome, vira e mexe a televisão está mostrando que tem muita dificuldade o povo brasileiro.

Já que o Governo Lula foi tão bom assim, por que não resolveu o problema da falta de Segurança, que só aumentou? Por que não reduziu a carga tributária do assalariado que paga? Nós pagamos uma carga tributária de quase 40%. O trabalhador que tem carteira assinada, registrado numa empresa, trabalha 12 meses no ano, mas quatro meses são para pagar os impostos. Esse é o Governo Lula, que teve problema de mensalão e que o Lula não sabia. “Olha não estou sabendo de nada.”

O Lula me lembra bem a história de uma pessoa quando eu trabalhava na Caixa Econômica Federal, que eu quero preservar o nome aqui, ele tinha umas poupanças na Caixa. Ele falava o seguinte: “Eu tenho aqui umas ‘copanças’”. Eu falava qual o número da “copança”. Ele dizia assim: “Pois eu não tô sabendo”. Aí, eu escrevia num papel para ele o número de todas as poupanças, para que no próximo mês ele trouxesse o número. Ficava mais fácil para eu atendê-lo, porque não havia a informatização que hoje existe. Chegava no outro mês, ele vinha lá: “Douglas, veja para mim os saldos das ‘copanças’”. Pois não, vou ver os saldos para o senhor. O senhor tem aí a

relação de números?” E ele dizia: “Pois eu não tô sabendo”.

Então, o Presidente Lula tem carisma, é um líder. Mas, a pessoa dele. Já o PT não pode falar muito. Se não fosse o Presidente Lula dizer “Ó, minha candidata é esta aqui”, talvez a Dilma não tivesse essa expressão num evento daquele. Dois Senadores do Partido dos Trabalhadores, a Marina Silva e o Flávio Arns pediram desfiliação do partido. O Aloísio Mercadante, Deputado Federal, só não entregou o cargo após um apelo pessoal do Presidente, senão tinha entregue o cargo de líder. Ou não tinha?

Mas, vamos falar do País. O aposentado. Será que o aposentado está tão feliz assim com o Presidente Lula, com o Governo do PT? É só fazer pesquisa. “Ah, o salário-mínimo melhorou”. Vi até uns outdoors por aí com referência ao salário-mínimo, alguma pessoa agradecendo. Acho que se melhorou o salário-mínimo - e tem que melhorar - porque se entrar alguém que se diz representante dos trabalhadores não melhorar nem o salário-mínimo, o que se tem que esperar de uma pessoa destas?

Sinceramente, não dá para ficar imaginando que temos que ficar aqui elogiando, elogiando governante, porque é carismático. Não! Tem que resolver o problema do povo.

A Segurança no País piorou. As filas nos hospitais aumentaram. O SUS paga uma mixaria para um médico, para um trabalhador da Saúde, para atender. Os cargos comissionados no Governo Lula dobraram, aqueles sem concurso público. Se nós deixarmos, calando, falando, vão imaginar que é bom. Não é assim!

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Muito obrigado, Deputado. Fiquei muito assustado com o número que V. Exa. passou agora, de se gastar R\$ 6 milhões e 500 mil numa convenção.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Nem foi uma convenção. Foi só uma reunião.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

É, foi uma reunião. Mas, de qualquer maneira, mostra como o PT se transformou num partido rico. Só espero que este recurso não tenha vindo do mensalão. É muito triste saber que o José Dirceu vai ser coordenador da campanha da Ministra Dilma Rousseff. Alguém que participou desta roubalheira que foi a maior da história do Brasil, coordenar a campanha, é um absurdo!

Muito obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Quero lembrar também de outro assunto que se falava, ainda não terminaram, estas casas populares, iriam construir 1 milhão de casas até o final do ano. É o prazo. Não estou vendo isto acontecer. Acontece em alguns Municípios-polo, como a Cidade de Campo Mourão, onde vão construir algumas casa, de tanto cobrarmos

e dizermos que não atendiam. Estão atendendo. Mas, se vai nos Municípios menores, onde realmente precisa, não tem casa popular, nem pela COHAPAR e nem pelo Minha Casa, Minha Vida.

Tenho tantas anotações que teríamos que ter meia hora para falar.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Quero fazer coro às suas palavras em relação às altas taxas tributárias do nosso País. É um absurdo um País que oferece serviços públicos de terceiro mundo receber cerca de 39% do Produto Interno Bruto, ou seja, de toda a riqueza produzida pela Nação, em forma de taxas, de impostos, de tributos. Na verdade, são cinco meses do ano que o brasileiro mais pobre e o brasileiro mais rico trabalham apenas para pagar, e quando precisamos - não digo quem tem plano de saúde, evidentemente - mas a pessoa mais carente, que não tem condições de pagar um plano de saúde, ela vai para o hospital e fica na fila, porque os médicos são mal remunerados, o SUS paga pouco mais do que R\$ 2 por consulta médica, o que é uma vergonha.

Temos problemas seriíssimos na área de Segurança Pública, na área de Saúde, a Educação no Brasil ainda precisa se desenvolver muito, as pessoas mais carentes não têm acesso ao ensino de qualidade. Então, vivemos em um verdadeiro dilema: ou o Brasil continua cobrando esses impostos equivalentes aos Países de Primeiro Mundo e oferece serviços de qualidade para a população, ou o Brasil faz uma grande reforma tributária, diminuir os impostos e as pessoa aí vão ter que se virar de outra forma.

Para concluir, dizer que acredito que o Partido dos Trabalhadores, como qualquer outro partido, tem pessoas honestas e pessoas desonestas. O José Dirceu, ao meu ver, é uma pessoa desonesta e o Paulo Bernardo, ao meu ver, é um homem honesto, um homem íntegro, um paranaense que respeito. No entanto, o grande problema do Partido dos Trabalhadores é que ele vendeu para a população, ao longo da sua história, a bandeira da moralidade, chegou ao Governo com a bandeira da moralidade e nem sempre age com essa moralidade que foi tanto apregoada ao longo da sua história.

Todos os partidos têm gente boa e têm gente desonesta, como todas as profissões também têm, e temos o dever, principalmente nós que somos jovens e novos na política, temos o dever de combater a corrupção com todas as nossas forças, porque a corrupção é a maior chaga deste País e é uma vergonha ver o Sr. José Dirceu tentando comandar novamente o País. Temos que nos pronunciar e lutar contra isso com todas as armas.

Obrigado, Deputado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Ney Leprevost.

Concedo um aparte ao Deputado Elton Welter.

O Sr. Elton Welter (PT)

Agradeço pelo aparte.

Quero lhe dizer que o PT está estruturado de forma fantástica em todos os Estados da Federação, organizou o 4º Congresso, foram quatro dias de debate e discussão do ponto de vista do futuro do País, do ponto de vista institucional partidário, os delegados que lá estiveram foram escolhidos nos seus Estados pela representação que têm e o PT é um partido muito organizado e que orgulha o Brasil. O partido que mais tem a simpatia popular no País é o PT. E quero dizer também do companheiro José Dirceu, até hoje não provaram o seu envolvimento, até hoje todas as acusações estão caindo inclusive na Justiça. Então, o tempo vai dizer e não vamos estar aqui dando atenção para os filhos da ditadura, que têm exemplos que estão nos noticiários do dia a dia do DEM, e o Deputado Stephanes é filho daquela época, daquele perfil de político.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Para encerrar, Sr. Presidente, só dizer para a população do Paraná e do Brasil que do DEM eu vi um Governador preso, mas do PT ainda não vi ninguém. Agora, o PT está governando e tem a simpatia, a presidência do Lula, mas não fez a reforma da previdência, não fez a reforma tributária e também não melhorou a Segurança no Brasil. E sobre os aposentados, é uma pena o salário que os aposentados estão ganhando do PT.

Obrigado.

Ordem do Dia:**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação n° 022/10, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, a destinação de equipamentos, veículos e nova sede para abrigar a Agência do Trabalhador em Fazenda Rio Grande. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 023/10, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a implantação de rede de abastecimento de água em localidade rural de Várzea, no Município de Tijucas do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 024/10, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a implantação de rede de abasteci-

mento de água em localidade rural da Guapiara, no Município de Mandirituba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 025/10, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo à Secretária de Estado da Educação, a construção de mais uma escola estadual no bairro Tatuquara, em Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Milton Pupo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 327, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 23 do corrente mês, devido a representação parlamentar na solenidade de 40 anos do maior restaurante do mundo e ponto turístico mais visitado da Cidade, o Madalosso, que gera centenas de empregos para garçons e cozinheiras. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 328, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 24 e 25 do corrente mês, devido à visita administrativa nos Municípios de Arapoti, Piraí do Sul, Castro e Jaguariaíva. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 276, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, requerendo antecipação da Sessão Ordinária do dia 25 de fevereiro (quinta-feira), para logo após o término da Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 278/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, que torna obrigatório a apresentação de Caderneta de Saúde da Criança no ato de inscrição de crianças em creches, escolas maternais, jardins de infância, e dá outras providências. **Aprovada. (Publ. no DA nº 072/08, de 23/06/08, em Projeto de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 464/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que insere no calendário turístico oficial do Estado do Paraná, a Festa do Padroeiro São Sebastião, no Município de Quatro Barras, que realiza anualmente no dia 20 do mês de janeiro. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/09, de 02/09/09, em Projeto de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/09, de autoria dos Deputados Reni Pereira e Marcelo Rangel, que proíbe a emissão de comprovantes em papéis termossensíveis no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CIC. COM EMENDA DA CCJ.

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Somente para dirimir algumas dúvidas a respeito do projeto, um projeto importante, que proíbe o uso de papéis termossensíveis para comprovante de pagamento, principalmente em bancos, faturas e duplicatas. Por que isso? Porque existe um prazo prescricional de cinco anos para qualquer cidadão propor uma ação, entrar na Justiça. E o que está acontecendo hoje? Você vai ao banco, recebe a fatura, a fatura vem nesse papel termossensível, é feita através de uma reação química, e dura por no máximo um mês, dois meses. Tem casos que depois de quatro, cinco dias já não consegue mais ver o que está escrito no papel.

Existe uma lei, o cidadão tem o poder de entrar com uma ação na Justiça para reivindicar os seus direitos mediante documentos. Como, se um papel que em um mês, um mês e meio, praticamente se autoapaga?

Então é por isso que estamos pedindo a proibição, mesmo porque no Rio de Janeiro existe uma

decisão judicial, uma liminar da Juíza, inclusive tenho aqui a liminar, no Rio de Janeiro já existe essa proibição; e aqui no Estado do Paraná, juntamente com o companheiro Reni Pereira, encaminhamos para a aprovação dos Srs. Parlamentares o seguinte projeto.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação o projeto. Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em votação a emenda da CCJ. Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 574/09, de autoria do Deputado Plauto Miró, que concede o título de Cidadão Honorário ao engenheiro agrônomo Hans Peeten. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 616/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Atsushi Yoshii. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 723/09, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Pais, Professores, Alunos e Funcionários do Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena - APPAF, com sede e foro na Cidade de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 008/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública o Abrigo de Menores São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Engenheiro Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.** Está em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 622/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública o Instituto Barigui, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Aprovada. (Publ. no DA nº 135/09, de 09/11/09, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 622/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Barigui, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 23/02/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 736/09, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de utilidade pública o Instituto Elos, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 158/09, de 16/12/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 736/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Reni Pereira, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Elos, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 23/02/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 020/10, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública a Organização Cultural e Ecológica de Missal - ORCEMIS, com sede no Município de Missal e foro no Município de Medianeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 003/10, de 08/02/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 020/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Elton Welter, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Organização Cultural e Ecológica de Missal - ORCEMIS, com sede no Município de Missal e foro no Município de Medianeira, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 23/02/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 329, de autoria dos Deputados Marcelo Rangel, Luiz Carlos Martins, Douglas Fabrício, Elio Rusch e Valdir Rossoni, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**PMDB**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 330, de autoria dos Deputados Marcelo Rangel, Douglas Fabrício, Luiz Carlos Martins,

Elio Rusch e Valdir Rossoni, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 332, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 277 a 304, 306 a 308, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 322, 326 e 311-A, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 323 e 324, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra antecipada do dia 25 (quinta-feira), conforme requerimento aprovado de autoria do Deputado Neivo Beraldin, para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 413/09.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 314/09 e 008/10.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 622, 736/09 e 020/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 009 e 025/10 e do Projeto de Resolução nº 003/10.

Levanta-se a Sessão.



SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 010

11ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 38

Presenças 38

Abertura da Sessão 38

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

Redação Final..... 39

3ª Discussão39

2ª Discussão39

1ª Discussão39

Encerramento da Sessão40

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias DAT41

Publicações Administrativas:

Diretoria Geral

Despacho41

DIÁRIO Nº 010

11ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2010

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Fernando Scanavaca e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

Às dezessete horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio

Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quintero (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Nelson Justus, Felipe Lucas, Caíto Quintana, Duílio Genari e Mauro Moraes (05).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Fábio Camargo, Reni Pereira e Tadeu Veneri (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão, antecipada do dia 25 de fevereiro (quinta-feira), conforme requerimento aprovado, de autoria do Sr. Deputados Neivo Beraldin.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não há Expediente a ser lido, e nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes, nem no Horário das Lideranças.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 413/09, de autoria do Deputado Mario Roque, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 16128, de 08/06/09. (Dia do Pintor). **Aprovada. (Publ. no DA nº 094/09, de 19/08/09, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/09, de autoria dos Deputados Reni Pereira e Marcelo Rangel, que proíbe a emissão de comprovantes em papéis termossensíveis no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CIC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 008/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública o Abrigo de Menores São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Engenheiro Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 622/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública o Instituto Barigui, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 736/09, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de utilidade pública o Instituto Elos, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 020/10, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública a Organização Cultural e Ecológica Missal

ORCEMIS, com sede no Município de Missal e foro no Município de Medianeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/10, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública o Instituto Vida Renovada, com sede e foro no Município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 001/10, de 03/02/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 009/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, tem como objetivo declarar de utilidade pública estadual o Instituto Vida Renovada, com sede no Município de Rio Azul e foro no Município de Maringá, no Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, a associação que se pretende declarar de utilidade pública possui o nome correto de Instituto Vida Renovada - IVR, consoante o respectivo Estatuto Social. Ainda, a sede do referido instituto se dá em São João de Meriti, com representação no Município de Maringá. Desta forma, sugere-se a emenda modificativa em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 23/02/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 009/10

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual o Instituto Vida Renovada - IVR, com sede no

Município de São João de Meriti - RJ, e representação e foro no Município de Maringá, no Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 23/02/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 025/10, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública a Associação Educadores em Ação - EDUC, com sede e foro no Município de Pinhais, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada.** (Publ. no DA nº 003/10, de 08/02/10, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 025/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Elton Welter, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Educadores em Ação - EDUC, com sede e foro no Município de Pinhais, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 23/02/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/10, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova a prestação de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, exercício de 2008. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovada.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas que compõe os demonstrativos dos Balanços Financeiros, Orçamentários e Patrimonial da Assembleia Legislativa

do Estado do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 2008.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23/02/10.

(a) COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS

Apoioamento:

Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Edson Strapasson, Plauto Miró e Wilson Quinteiro.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 001/10

P A R E C E R :

Encaminhada a esta comissão a Proposição nº 001/10, que trata da prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, exercício financeiro de 2008, compreendendo: Relatório Anual das Atividades, Controle da Receita e Despesa Orçamentária em atendimento a legislação vigente, Lei Orçamentária nº 15750/07, Lei nº 4320/64 e Lei Complementar nº 101/00, e, de acordo com a Instrução Normativa nº 007/06, artigo 5º, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O exame foi conduzido em observância às técnicas contábeis sob a ótica das legislações aplicadas à Administração, reunindo e apontando os fatos importantes que marcaram no exercício em análise, a gestão desta Casa de Leis, abrangendo os sistemas orçamentários, financeiro e patrimonial, constatou-se o cumprimento satisfatório das metas definidas pela regularização das operações realizadas dentro das normas e preceitos legais, concluindo que as contas apresentadas estão exatas, não encontrando óbice legal e regimental que as desabone, deliberando pela aprovação da proposição acima.

Isso exposto, decide este relator pela aprovação da presente proposição.

É o parecer - favorável - aprovado.

Sala das Comissões, em 23/02/10.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) **(Pela Ordem)**

Manifesta votos de congratulações e aplausos à Rede Paranaense de Televisão.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 01 de março, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 574, 616 e 723/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 009 e 025/10; e do Projeto de Resolução n° 003/10.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 024/10 e do Projeto de Resolução n° 004/10.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portaria DAT

PORTARIA N° 188/10 - DAT

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 269 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei n° 16369 de 29/12/09.

R E S O L V E :

ajustar o Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei n° 16369 de 29/12/09 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
44905200	2000	100	11.620.000,00
44909200	2000	100	10.000.000,00
		Total	21.620.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33901400	2000	100	3.800.000,00
33903962	2000	100	17.820.000,00
		Total	21.620.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 05/01/10.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:

Alexandre Curi - 1° Secretário.

Publicações Administrativas:

Diretoria Geral

Despacho

EXMO. SR. PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, DR. AYRTON COSTA LOYOLA.

Fábio Hernandez Rodrigues de Araújo, Matrícula n° 5342 servidor deste Poder Legislativo, lotado na Procuradoria-Geral vem respeitosamente requerer a V. Exa. a dispensa do expediente nesta Casa de Leis nos dias 19, 22, 23, 24, 25 e 26 do corrente mês por ter sido convocado pelo meritíssimo Sr. Juiz de Direito da Vara Privativa do 2° Tribunal do Júri do foro central da comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para auxiliar nos trabalhos do referido órgão na qualidade de "Jurado" - Júri Popular conforme edital de convocação n° 002/10 e Pauta de Julgamento para o mês de fevereiro de 2010 ora juntados.

Termos em que

Pede e espera deferimento.

Curitiba, 19/02/10.

(a) FÁBIO HERNANDEZ RODRIGUES DE ARAÚJO -
Matrícula n° 5342